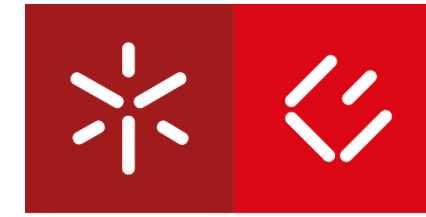




**O *Soft Power* e a Diplomacia Pública da
União Europeia: O Caso do Programa
Erasmus+**

Maria Luís Torres Pacheco

UMinho | 2022

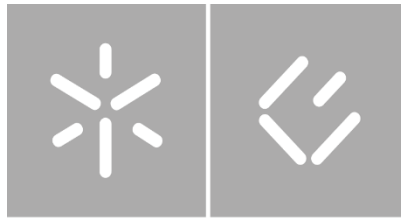


Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Maria Luís Torres Pacheco

**O *Soft Power* e a Diplomacia Pública da
União Europeia: O Caso do Programa
Erasmus+**

Outubro de 2022



Universidade do Minho

Escola de Economia e Gestão

Maria Luís Torres Pacheco

**O *Soft Power* e a Diplomacia Pública
da União Europeia: O Caso do
Programa Erasmus+**

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Relações Internacionais

Trabalho efetuado sob a orientação da

**Professora Doutora Laura C. Ferreira
Pereira**

Outubro de 2022

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



**Atribuição
CC BY**

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

AGRADECIMENTOS

Em memória do meu avô materno por me ter transmitido o bichinho pela leitura e pela História.

À minha família e amigos,

À minha orientadora, Professora Doutora Laura Cristina Ferreira-Pereira,

A todas as pessoas com quem me cruzei neste percurso e que, de alguma forma, contribuíram para este momento:

Obrigada. Obrigada pelas palavras de incentivo, pela compreensão, pela ajuda incessante, pela paciência, pelo amor e carinho constante que me demonstraram ao longo destes dois anos.

Devo-vos as próximas páginas.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

O *Soft Power* e a Diplomacia Pública da União Europeia: O Caso do Programa Erasmus+

Resumo

Nos últimos anos, a União Europeia (UE) tem vindo a vivenciar um declínio no seu poder de influência, fruto das múltiplas crises económicas, políticas e sociais pelas quais tem passado, como por exemplo, a crise financeira da zona Euro, a crise dos refugiados, o “Brexit” e, mais recentemente, a pandemia da COVID-19 e a guerra na Ucrânia. Como expectável, estes eventos afetaram profundamente a sua imagem e poder de atração externos. No entanto, há que destacar o aspeto mais conhecido da organização: o seu *soft power* e a influência da cultura nas suas relações internacionais. Através do reforço de ferramentas como os valores, culturas, políticas e instituições e, de políticas governamentais como a diplomacia pública, a UE consegue fazer-se ouvir no sistema internacional. Um dos exemplos mais notórios da cultura e do poder normativo da UE é o Programa Erasmus+. Tendo surgido como uma estratégia educativa com objetivos associados à promoção de uma formação comunitária internacionalizada, como forma de promover o senso de identidade europeia, este Programa é considerado uma marca indelével no currículo da UE. Não só criou várias oportunidades para os cidadãos que ingressaram nesta iniciativa, como também implicou o desenvolvimento de uma sociedade europeia a nível da aprendizagem, descoberta e diálogo intercultural. Focando-se no período de 2014 a 2020, o presente trabalho procurou compreender de que forma o Programa Erasmus+ tem reforçado a diplomacia pública da UE. Em concreto, pretende-se explorar de que modo o Programa e as iniciativas a ele associadas têm funcionado como uma ferramenta de diplomacia pública, ao serviço do *soft power*. O trabalho conclui que a UE tem vindo a reforçar o seu *soft power*, apostando em ferramentas de diplomacia pública, especialmente através do Programa Erasmus+. No período em análise, o Programa tem contribuído para a internacionalização da sua componente educativa, bem como para o aumento da visibilidade da UE e das suas políticas.

Palavras-chave: União Europeia, Diplomacia Pública, *Soft Power*, Programa Erasmus+, Mobilidade Académica

Soft Power and the European Union's Public Diplomacy: The Case of the Erasmus+ Program

Abstract

In recent years, the European Union (EU) has experienced a decline in its power of influence as a result of the multiple economic, political and social crises it has gone through, such as the Eurozone financial crisis, the refugee crisis, "Brexit" and, more recently, the COVID-19 pandemic and the war in Ukraine. As expected, these events have profoundly affected its external image and attractiveness. However, the most well-known aspect of the organization should be highlighted: its soft power and the influence of culture on its international relations. By strengthening tools such as values, cultures, policies and institutions, and government policies such as public diplomacy, the EU is able to make itself heard in the international system. In order to maintain a solid external image, the EU's legitimacy depends largely on the goodwill and support of its citizens. Therefore, the use of public diplomacy tactics is crucial to achieve this purpose, enhancing the direct contact between the Union and the internal and external civil society. One of the most striking examples of the EU's culture and normative power is the Erasmus+ Program. Having emerged as an educational strategy with objectives associated with the promotion of internationalized community training as a way to foster a sense of European identity, this Program is considered an indelible mark on the EU curriculum. Not only has it created various opportunities for citizens who joined this initiative, but it has also entailed the development of a European society at the level of learning, discovery and intercultural dialogue. Focusing on the period from 2014 to 2020, this paper sought to understand how the Erasmus+ Program has strengthened EU public diplomacy. Specifically, it aims to explore how the Program and its associated initiatives have functioned as a public diplomacy tool in the service of soft power. The work concludes that the EU has been strengthening its soft power, investing in public diplomacy tools, especially through the Erasmus+ Program. In the period under review, the Program has contributed to the internationalization of its educational component, as well as to increase the visibility of the EU and its policies.

Keywords: European Union, Public Diplomacy, Soft Power, Erasmus+ Program, Academic Mobility

Índice

INTRODUÇÃO	1
Enquadramento e Justificação do Tema	1
Revisão Bibliográfica	3
Problemática	6
Quadro Teórico e Metodologia.....	7
Estrutura da Dissertação.....	7
CAPÍTULO I	10
<i>Soft Power</i> e Diplomacia Pública	
1.1. <i>Soft Power</i>	10
1.2. Diplomacia Pública.....	16
1.2.1. As Origens da Diplomacia Pública	16
1.2.2. Dimensões do Conceito de Diplomacia Pública	18
1.3. A Ligação entre o <i>Soft Power</i> e a Diplomacia Pública	25
1.4. A Nova Diplomacia Pública e a Diplomacia Cultural	27
CAPÍTULO II	30
A Evolução da Diplomacia Pública da União Europeia antes e depois do Tratado de Lisboa	
2.1. A Diplomacia Pública no Contexto Europeu.....	30
2.2. O Tratado de Lisboa e as Implicações na DPUE	34
2.3. Instrumentos e Táticas da DPUE.....	38
CAPÍTULO III	42
O Programa Erasmus+ (2014-2020) como Ferramenta de Diplomacia Pública	
3.1. A Mobilidade Académica na Europa	42
3.2. O Nascimento do Programa Erasmus	43
3.3. O Programa Erasmus+: Origem e Propósito.....	44
3.4. O Impacto do Programa Erasmus+ na UE.....	46
3.5. O Programa Erasmus+ enquanto marca da DPUE	48
3.6. Desafios Associados ao Programa Erasmus+	53
CONCLUSÃO	55
BIBLIOGRAFIA	63

Lista de Abreviaturas

COREPER	Comité de Representantes Permanentes
DG	Direção-Geral
DG EAC	Direção-Geral Educação, Juventude, Desporto e Cultura
DG RELEX	Direção-Geral das Relações Externas
DPUE	Diplomacia Pública da União Europeia
EES	Estratégia Europeia de Segurança
EUA	Estados Unidos da América
EU-i	Centros de Informação da União Europeia
EUNIC	Institutos Nacionais de Cultura da União Europeia
G2G	Government-to-Government
G2P	Government-to-People
NDP	Nova Diplomacia Pública
OI	Organização Internacional
OIG	Organização Intergovernamental
ONG	Organização Não Governamental
P2P	People-to-People
PCSD	Política Comum de Segurança e Defesa
PESC	Política Externa e de Segurança Comum
RI	Relações Internacionais
RIC	Comité de Informação
SEAE	Serviço Europeu para a Ação Externa
UE	União Europeia
USIA	Agência de Informação dos Estados Unidos da América

INTRODUÇÃO

Enquadramento e Justificação do Tema

A União Europeia (UE) detém uma posição estratégica, considerada por académicos como Jan Zielonka (2008) como um ator extremamente poderoso. Desde a sua fundação, a UE tem vivenciado uma espécie de montanha-russa de perceções (Cross e La Porte, 2017). Por vezes, é vista em termos positivos e amplamente reconhecida pelo seu papel pacífico, cooperativo e humanitário (Ibid). Outras vezes, é retratada como estando numa crise aguda, com os seus Estados-membros em desacordo sobre o rumo da integração. Atualmente, está a vivenciar um declínio de influência, em resultado da crise financeira da zona Euro, da crise dos refugiados e da marginalização devido ao foco crescente dos Estados Unidos da América (EUA), no desenvolvimento de acordos com outras potências emergentes (Yang, 2015), do “Brexit”, da pandemia da COVID-19 e, mais recentemente, da guerra na Ucrânia. Estas crises afetaram as parcerias estratégicas da UE, prejudicando a perceção da União como um parceiro forte e estável na política, economia e comércio mundiais, afetando consequentemente a sua atração externa (FerreiraPereira e Mourato Pinto, 2021).

Estes eventos considerados mais dramáticos são os que tendem a ser relatados nos média e na arena política, deixando de lado uma cobertura positiva dos feitos marcantes da organização (Ibid). Contudo e, em parte graças ao uso mínimo de força militar e a preferência por instrumentos, valores e normas de *soft power* para alcançar os seus interesses, a UE consegue apresentar-se como uma zona de paz, prosperidade, democracia, igualdade, Estado de Direito e Direitos Humanos, cujos valores fundamentais devem ser partilhados universalmente devido aos benefícios que trazem a todas as partes (Rasmussen, 2009; Sandrin e Hoffman, 2018). Estes princípios mantêm o seu poder de atração e representam uma alternativa real a visões políticas unilaterais ou agressivas (La Porte, 2011). Ainda que a narrativa da “UE como um projeto de paz” convença pouco os jovens sobre as virtudes da organização, esta ideia continua a ser a identidade que a esta procura comunicar ao mundo (Rasmussen, 2009). Um modelo que, apesar das suas adversidades, continua a ser uma fonte de inspiração para os outros e de bem-estar para os seus cidadãos (Sandrin e Hoffman, 2018). A construção de uma imagem positiva e resiliente da UE no exterior é viável, desejável e é, também, claramente necessária. Deste modo, há que destacar o aspeto mais conhecido da UE: a existência de uma boa opinião sobre a liderança a nível mundial,

relativamente à sua cultura (Ibid). Um dos exemplos mais célebres da cultura e do próprio poder normativo da UE é o Programa Erasmus. Retratado no artigo 165.1 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, ficou estipulado que a UE "deve contribuir para o desenvolvimento de uma educação de qualidade, incentivando a cooperação entre os Estadosmembros (Gerards, Schunzi e Damro, 2021:1).

Os anos 80 potenciaram a ideia de que as universidades poderiam servir como um meio para a criação de uma identidade europeia mais forte, tendo levado as instituições europeias a considerarem a mobilidade estudantil como um instrumento para alcançar esse objetivo (Cunha e Santos, 2017). Como tal, desde o seu nascimento em 1987, o Programa Erasmus tem ganho um peso cada vez maior no seio da política de educação e cultural da UE, como também na construção de uma imagem externa positiva, sendo declarado um "programa emblemático e um símbolo tangível da sua visão para o país europeu" (Ferreira-Pereira e Mourato Pinto, 2021:5). Aliás, o novo ciclo do Programa Erasmus+ para o período entre 2021 e 2027 é um exemplo claro da importância deste projeto, que passou a deter um orçamento de €26,2 milhões, em comparação com os €14,7 milhões para o período de 2014-2020 (European Commission, 2021). Tal enfatiza a importância crescente desta iniciativa, uma vez que a "expansão do programa está relacionada ao crescente orçamento da UE a ele atribuído" (Tostes e Silva, 2019:7).

O Programa Erasmus é um dos programas com mais sucesso na UE, não só porque criou várias oportunidades para os estudantes, como também implicou, ainda que indiretamente, o desenvolvimento da sociedade europeia a nível da aprendizagem, descoberta e diálogo intercultural (Cunha e Santos, 2017). Sinónimo disto foi o lançamento, em 2014, de uma nova versão mais alargada do Programa: o Programa Erasmus+. Este foi dedicado às áreas da educação, formação, juventude e desporto para o período entre 2014 e 2020, na esperança de garantir equidade, prosperidade e inclusão social não só na Europa, mas também para além das suas fronteiras (Erasmus+ Programme Guide, 2019). Apresentando uma duplicidade de objetivos (culturais e económicos), o Programa Erasmus+ visa não só promover a integração europeia e a partilha de valores europeus, como a formação de uma força de trabalho competitiva e capacitada (Tostes e Silva, 2019). Consequentemente, a iniciativa serve como uma fonte de consolidação do projeto europeu e como uma oportunidade de reforçar a ligação da UE às camadas mais jovens e dinâmicas da sociedade civil (Ibid). Pese embora as suas finalidades tenham sido alteradas ao longo da sua existência, a centralidade do Programa Erasmus+ contempla, acima de tudo, a

criação de uma consciência europeia e o fomento de um mercado laboral europeu, dinamizando, assim, a economia; e ajuda aos estudantes, de modo a adquirir aptidões sociais (Ibid). Para os autores Tostes e Silva (2019), esta relevância política e social permitiu criar um impacto forte na integração europeia, seja na internacionalização da educação e na consolidação dos valores comuns europeus, seja no aumento da visibilidade da UE e das suas políticas. Desta forma, pode-se declarar que o Programa Erasmus+ surge como um poderoso instrumento de diplomacia pública no contexto europeu, uma vez que poderá influenciar a opinião pública de cada Estado-membro e possibilitar o fortalecimento do relacionamento da UE com os seus cidadãos, quebrando o estereótipo de uma UE longínqua e que apenas se faz comunicar através dos seus Estados-membros.

A participação dos jovens nesta iniciativa permite que estes vivam e compreendam a Europa, não como uma entidade abstrata, mas como um projeto pleno de trocas de experiências, de aprendizagens comuns e de miscelânea de culturas, constituindo-se, assim, como o elemento maior de uma estratégia de desenvolvimento económico e social da UE (Cunha e Santos, 2017). Consequentemente, o tema da presente investigação terá por foco a diplomacia pública da UE (DPUE) e de que modo esta tem sido consolidada pelo Programa Erasmus+ e pelas suas atividades inerentes, particularmente no período 2014-2020.

Revisão Bibliográfica

A revisão de literatura demonstra a escassez de estudos sobre a DPUE e a sua ligação com o programa de mobilidade Erasmus, particularmente o seu sucessor o Programa Erasmus+. Deste modo, este trabalho visa dar uma contribuição neste âmbito, sustentado por lentes concetuais oferecidas pelas noções de *soft power* e diplomacia pública. As noções de *soft power* utilizadas serão sustentadas, essencialmente, pelo pensamento de Joseph Nye (1990; 2004a; 2004b; 2004c; 2008; 2011; 2014), enquanto que as bases de diplomacia pública são sustentadas pelas ideias de Beata Ociepka (2018), Brian Hocking (2005), Craig Hayden (2017), Eytan Gilboa (2008), Jan Melissen (2005a; 2005b; 2011), Nancy Snow (2009) e Nicholas Cull (2010; 2020).

Relativamente à literatura atinente à DPUE, salienta-se o contributo de autores como Anna Michalski (2005), Benjamin Barton e Paul Quinn (2011), Dov Lynch (2005), Hasan Saliu (2021),

Mai'a Cross (2013), Mai'a Cross e Maria La Porte (2017), Paula Sandrin e Andrea Hoffman (2018), Philip Gouveia e Hester Plumridge (2005), Teresa La Porte (2011), Simon Duke (2013), Steffen Rasmussen (2009) e Yifan Yang (2015). Interligado diretamente com este tópico, encontra-se o Programa Erasmus+, estudado por autores como Ana Paula Tostes e Luca Viersa Barros Silva (2019), Andrea Perilli (2017), Constance Bobotsi (2021) e Laura C. Ferreira-Pereira e João Mourato Pinto (2021).

Entendida como uma “post-modern polity”, a UE desenvolveu-se para um regime político assente numa forte componente normativa (Michalski, 2005:125). A dificuldade da UE em usar o seu *hard power* para influenciar diretamente a realidade “no terreno” (Rasmussen, 2009:2) torna o seu poder normativo no principal instrumento para tentar moldar a política internacional. Deste modo, tais características forçam a basear qualquer política num regime de negociação transnacional e apoiado por técnicas de “consensus-building”, governada por regras e procedimentos institucionais (Ibid). O poder da persuasão torna-se, pois, um requisito existencial para a legitimidade popular e a credibilidade da UE (Ibid). De acordo com Joseph Nye: “A União Europeia, como símbolo do poder de união, carrega uma boa dose de soft power” (Nye, 2004:77 apud Gouveia e Plumridge, 2008:4). O quadro desta potência tornou-se o centro mais decisivo para os debates da política externa europeia, reforçado pelos esforços dos seus membros em falar e agir ‘em nome da Europa’, se não através da própria UE (Zielonka, 2008). Face a estes entendimentos, é possível afirmar a importância que o *soft power* detém não só no seio das políticas europeias, como no próprio sistema internacional que, devido ao surgimento de atores como organizações internacionais (OIs) e atores transnacionais privados, tornam o recurso a instrumentos de *hard power* um problema para a interdependência.

Visto que os recursos que produzem *soft power* advêm dos valores que uma organização ou Estado expressa na sua cultura e nos exemplos que dá através das suas práticas e políticas internas, os governos recorrem à diplomacia pública para mobilizar esses recursos para se comunicar e atrair públicos de outros países e, desta forma, expandir a sua influência e visibilidade na arena internacional (Nye, 2008). O termo ‘diplomacia pública’ nasce diretamente do conceito de diplomacia tradicional, destacando-se diferentemente desta última por se destinar ao público em geral em sociedades estrangeiras e a grupos, organizações e indivíduos não oficiais específicos (Melissen, 2005:5), e não apenas aos Estados e os seus representantes. Fica, assim, evidente que a diplomacia pública permite disseminar com indivíduos de um Estado os valores, ideais e políticas

de outro ator, recorrendo a métodos de comunicação bilateral (Melissen, 2005). A definição de diplomacia pública de Steffen Rasmussen (2009) é igualmente útil para o presente trabalho, refletindo a influência indireta e estrutural internacionalmente dos discursos políticos noutros Estados. Esta influência é feita, na sua maioria, através da execução, por parte de um país, de programas de índole cultural e informativa para criar um certo ambiente de opinião pública num país ou países-alvo, recorrendo a práticas comunicacionais de projeção e controlo das “self-images” passadas para o exterior (Ibid).

Enquanto OI *sui generis* fundamentada numa base normativa, a UE socorre-se de estratégias de diplomacia tradicional e pública como forma de fortalecer a sua atuação e papel no sistema internacional. No entanto, a diplomacia pública no contexto do projeto europeu não é apenas sobre influenciar as perceções externas da UE, mas sobre definir a identidade desta enquanto ator no panorama global (Rasmussen, 2009). A DPUE é complexa, em parte devido à natureza imprecisa da sua atuação geral, pelo tipo de ator que a UE deseja ser na cena internacional e, pelo facto de ser um projeto em constante andamento e evolução (Duke, 2013). Ainda que seja difícil para a UE comunicar uma única mensagem para o mundo inteiro e deter uma coesão comunicativa interna, devido aos vários Estados-membros que a compõem, a cacofonia de vozes é o que torna este projeto único (Ibid). A coerência da atuação da UE faz com que esta transmita a ideia de ser uma entidade política diversa que, graças ao processo de integração, conseguiu contornar os efeitos colaterais da anarquia (Ibid). Os esforços da DPUE prendem-se com influenciar, orientar e comunicar aos cidadãos de Estados terceiros os valores, ideais e políticas europeias (Rasmussen, 2009). O propósito das atividades e atitudes da UE é aumentar a consciência internacional sobre o que é e o que faz, a par de auxiliar nas relações com a sociedade civil externa (Ibid).

No que diz respeito à literatura relativa ao Programa Erasmus+, Ferreira-Pereira e Mourato Pinto (2021) evidenciam a importância do Programa como uma ferramenta de *soft power* europeu, graças ao seu envolvimento direto com a sociedade civil. Como reconhecido por Michalski (2005), a legitimidade da UE e a sua capacidade de manter uma imagem externa sólida depende, em grande parte, da boa vontade e apoio do público europeu (Michalski, 2005). Aliás, garantir a capacidade da União de falar numa só voz na cena internacional é fulcral, pelo que os cidadãos que realizam o Programa Erasmus+ têm assumido uma função central neste sentido. Uma vez que o ensino superior é visto como um veículo importante dado o carácter universal da educação

(Ferreira-Pereira e Mourato Pinto, 2021), tem sido dada atenção aos programas de mobilidade como instrumentos de diplomacia pública. A relevância deste Programa associa-se, frequentemente, ao facto de contribuir para a socialização dos Estados-membros da UE, como também pelo facto dos programas de intercâmbio poderem influenciar e moldar os assuntos internacionais, através da propagação de valores e políticas (Perilli, 2017). Para Tostes e Silva (2019), o impacto do Programa Erasmus+ contribuiu não só para reforçar a internacionalização da educação mas, acima de tudo, para consolidar a identidade europeia a nível externo que, no presente momento, se encontra fragilizada.

Problemática

Face às informações referidas nos pontos anteriores, o tema da dissertação versará sobre a DPUE, a sua evolução e de que maneira esta tem sido fomentada e consolidada pelo Programa Erasmus+. Assim, é formulada a seguinte pergunta de investigação:

De que forma o Programa Erasmus+ tem funcionado como uma ferramenta de diplomacia pública, ao serviço do soft power da UE?

Para responder a esta pergunta de investigação, considerar-se-á uma delimitação temporal compreendida entre os anos 2014 e 2020: pese embora o Programa tenha surgido em 1987, foi em março de 2014 que surgiu oficialmente o Programa Erasmus+ e com ele todo um novo plano; por sua vez, o ano de 2020, mais concretamente o mês de março, representa o fim do ciclo com o conhecemos, num período pré-pandémico (o qual a presente dissertação não investiga), pautado pela cessação das atividades maioritariamente presenciais do Programa. Como abordagem analítica, este trabalho socorrer-se-á do conceito de *soft power*, entendido por Joseph S. Nye como a capacidade de moldar as preferências dos outros através de métodos de atração (Nye, 2004a:5). Adotar-se-á igualmente um conceito dinâmico e abrangente de diplomacia pública, segundo o qual esta se caracteriza pela ligação direta com o público e a sociedade civil, surgindo como instrumento ao serviço de qualquer ator do cenário internacional. Joseph Nye (1990) interliga este conceito ao de *soft power*, pelo que se recorre a instrumentos e métodos atrativos e de influência para informar

e explicar o funcionamento das instituições da UE, mas também projetar as normas e valores da União. Através de ferramentas como os valores, culturas, políticas e instituições e, de políticas governamentais como a diplomacia pública, os países ou, neste caso, a UE consegue fazer-se ouvir no sistema internacional (Nye, 2004a:8). Neste caso, o Programa Erasmus+ surge como uma ferramenta de diplomacia pública, ao serviço do *soft power*.

Quadro Teórico e Metodologia

Em termos epistemológicos, a presente investigação assentará numa abordagem interpretativista, devendo ser realçado dois pressupostos neste sentido: o mundo não existe independentemente do nosso conhecimento, pelo que este é construído socialmente; há uma ênfase na compreensão dos significados do comportamento humano em vez de apenas explicá-los (Marsh e Stoker, 2002). Tal como indicado na pergunta de investigação do presente trabalho, o objetivo central prende-se com analisar de que forma o programa de mobilidade Erasmus+, enquanto instrumento de diplomacia pública europeia, fortalece a visibilidade e poder da UE. Neste âmbito, recorrer-se-á ao estudo de caso – *single case study* –, como ferramenta metodológica.

A metodologia utilizada é de tipo qualitativo, tendo em vista alcançar uma compreensão plena do fenómeno a ser estudado. A ênfase nesta investigação está igualmente nos vários contextos em mudança, particularmente a evolução do Programa Erasmus+ no período de 2014 a 2020 e em como o seu crescimento tem vindo a fortalecer a ligação da UE com os cidadãos. Assim, será realizada uma análise qualitativa de fontes primárias tais como relatórios oficiais, documentos estratégicos e legislação. O mesmo se aplica a fontes secundárias, tais como artigos científicos, livros e capítulos de livros.

Estrutura da Dissertação

O primeiro capítulo desta dissertação diz respeito à análise dos conceitos orientadores desta investigação: o *soft power* e a diplomacia pública. Numa primeira parte é feita uma abordagem referente ao *soft power*, em particular o seu surgimento como expressão caracterizadora das Relações Internacionais (RI) atuais, descrita como a habilidade de um corpo

político em influenciar indiretamente o comportamento ou interesses de outros atores por meios culturais ou ideológicos. Seguidamente, é analisada a diplomacia pública, enquanto nova forma de engajamento diplomático, onde a relevância de OIs é exaltada, a par da comunicação e interação direta com a sociedade civil. São investigadas as dimensões deste conceito, entre os quais os modelos existentes e os modos através dos quais a diplomacia pública se faz notar. Ademais, é explicada a ligação entre o *soft power* e a diplomacia pública, frisando que a prática de diplomacia pública é garantida pela natureza da política internacional descrita no conceito de *soft power*, onde a capacidade de atingir os objetivos políticos podem ser encontradas na aptidão de cultivar relacionamentos. Por último, é mencionada a nova diplomacia pública (NDP) e a diplomacia cultural, associando a primeira à necessidade de atualização do conceito de diplomacia pública face às mudanças no sistema internacional desde o início do presente século.

O segundo capítulo descreve a evolução da DPUE antes e depois do Tratado de Lisboa, encontrando-se dividido em 3 subcapítulos. O primeiro investiga a diplomacia pública no contexto europeu e a necessidade desta ser encarada como uma ferramenta diplomática que pode aumentar a legitimidade da gama de políticas externas. São abordados ainda os tipos de mensagens que a UE recorre para fortalecer a sua imagem externa, a par das características gerais que a DPUE agrega. O subcapítulo seguinte explica a evolução da DPUE após 2009, reforçando o papel das variadas instituições europeias na sua coordenação. O último ponto deste capítulo explora os instrumentos utilizados no contexto da DPUE, que se caracterizam por serem iniciativas de índole global, regional e local. Essencialmente, a UE apoia projetos que visam diretamente o reforço da sua relevância global, destacando-se, portanto, os programas educacionais e culturais, tais como o Programa Erasmus+.

O terceiro e último capítulo corresponde à análise do Programa Erasmus+ enquanto ferramenta capaz de fortalecer a DPUE e divide-se em 6 subcapítulos. Primeiramente reflete sobre a mobilidade académica na UE, destacando de modo particular o surgimento do Programa Erasmus, o maior programa de intercâmbio e um símbolo inegável da OI. Para além disto, explora o surgimento e propósito do Programa Erasmus+, reforçando os programas que este incorpora, as suas áreas de atuação e de que modo e por quem é feita a sua gestão burocrática. O capítulo foca também no impacto que esta iniciativa tem no seio europeu, ao apresentar objetivos culturais e económicos. Ademais, é frisado de que forma as iniciativas e atividades incorporadas no Programa são sinónimos de táticas da DPUE, demonstrando para tal inúmeras ações

desenvolvidas durante o período de 2014 a 2020. Por fim, são elencados alguns dos desafios do Programa Erasmus+.

A conclusão da presente investigação demonstra que a UE tem vindo a reforçar o seu *soft power*, apostando em ferramentas de diplomacia pública, especialmente através do Programa Erasmus+. Enquanto atividades de índole cultural e educativa, os programas de intercâmbio têm sido encarados pela UE como instrumentos capazes de fortificar a sua imagem externa. Como tal, no período de 2014 a 2020, foram desenvolvidas inúmeras atividades e iniciativas inseridas no Programa Erasmus+ que se encontram no espetro de táticas de diplomacia pública, explorando formas de envolver, informar e influenciar públicos estrangeiros. Ao mesmo tempo, o Programa tem contribuído para a internacionalização da sua componente educativa, como também no aumento da visibilidade da UE e das suas políticas, a nível externo.

CAPÍTULO I

Soft Power e Diplomacia Pública

1.1. *Soft Power*

Para entender o conceito de poder no século XXI é necessária uma nova explicação que abraça fatores que ultrapassam o uso único de recursos militares. As sementes, do que mais tarde ficou conhecido como *soft power*, foram semeadas quando Joseph Nye e Robert Keohane descreveram os interesses internacionais e os interesses dos Estados como interdependência complexa (Keohane e Nye, 1973). Ambos os académicos argumentaram que os recursos que produzem as capacidades de poder se tinham tornado mais complexos e que o poder deveria ser entendido como o controlo sobre os resultados, bem como sobre os recursos. O fenómeno da interdependência global e a realidade pós-moderna de um mundo de fronteiras decrescentes transcendeu, portanto, o foco estreito no poder militar e económico, tendo levado a uma distinção cada vez mais difusa entre o 'interior' e o 'exterior', tornando a separação do domínio doméstico e do internacional questionável (Ibid). A perspetiva dinâmica fornecida pela mente de Joseph Nye sobre a distribuição de poder no sistema internacional contemporâneo demonstra que este assume a forma de um jogo de xadrez tridimensional (TED, 2010). No topo do tabuleiro está o poder militar entre Estados, onde os EUA se destacam como superpotência. Por sua vez, no meio do tabuleiro encontra-se o poder económico entre Estados, pautado pela multipolaridade e existência de equilibradores, como os EUA, a UE, a China e o Japão. Por fim, na parte inferior surgem as relações transnacionais, isto é, elementos que ultrapassam os limites do controlo dos governos, como é o caso das alterações climáticas, pandemias e fluxos financeiros (Ibid). É neste quadrante inferior do jogo de xadrez imaginário que o *soft power* pode contribuir para a criação de um ambiente externo mais pacífico e estável, através de comportamentos co-optivos e de atração (Lobo-Fernandes, 2005).

Surgido no contexto da caracterização da política dos EUA e na suposição de como o país deveria comandar a ordem no mundo pós-guerra, o conceito de *soft power*, desenvolvido por Nye no final dos anos 80, é entendido como a capacidade de influenciar os outros para obter os resultados desejados através de mecanismos de atração (Nye, 1990; 2005; 2008:94; 2011a;

2011b). Assenta na aptidão de um ator para moldar as preferências de outros, pelo que um país pode obter os resultados que deseja na política mundial, porque outros países que admiram os seus valores e práticas desejam segui-lo (Nye, 2005). Este poder é caracterizado como sendo essencialmente diplomático, cujo objetivo primordial é atingir fins estaduais por meios pacíficos (Lobo-Fernandes, 2005). A nova perspetiva coletiva da visão, outrora, unilateral do poderio norte-americano após a Guerra Fria, tal como Baykurt e de Grazia refletem (2021), reforçou não só a importância do multilateralismo, como também o foco nas políticas de persuasão via movimentos culturais, tecnologias de informação e comunicação e diplomacia pública, que são centrais no conceito de *soft power*. Num sistema internacional transformado, este poder é crucial para aumentar a influência sobre os resultados internacionais, em parte pelo facto do cenário mundial se ter tornado menos recetivo a táticas de *hard power* (Gallarotti, 2011).

O *soft power* não lida apenas com o fator da influência, embora seja uma fonte desta (Nye, 2008). É mais do que a capacidade de mover as pessoas por meio de argumentos, sendo também a capacidade de seduzir e atrair. Em termos comportamentais, é um poder atraente, cujos recursos são os ativos que produzem essa atração (Ibid). O *soft power* não só permite deter poder sobre um ator, levando-o a adotar estratégias que de outra forma não adotaria, como também permite determinar e influenciar os seus desejos e preferências (Nye, 2008). Neste sentido, é importante definir a agenda política e atrair os outros, e não apenas forçá-los a mudar com ameaças de uso de força militar ou sanções económicas. Ou seja, este poder recorre a técnicas de cooptação ao invés de medidas de coação (Nye, 2005). Não obstante, a importância deste poder é equiparada ao tradicional *hard power*, na medida em que se um Estado conseguir criar um clima de legitimidade relativamente ao seu poderio aos olhos dos restantes atores e se a sua cultura e ideologia forem atrativas, não encontrará resistência (Nye, 1990).

As origens deste tipo de poder podem ser categorizadas em duas fontes: fontes internacionais (como políticas e ações externas) e fontes domésticas (isto é, políticas e ações internas) (Gallarotti, 2011). Em relação às fontes domésticas, Nye observa “How [a nation] behaves at home can enhance its image and perceived legitimacy, and that in turn can help advance its foreign policy objectives.” (Nye, 2004b:56). As fontes domésticas subdividem-se em duas categorias: o poder inerente à cultura e às instituições políticas. Relativamente a esta última, as instituições devem ser sustentadas por princípios democráticos (Gallarotti, 2011). Culturalmente, o *soft power* é influenciado pela coesão social, tolerância e características atraentes de um determinado estilo de

vida que atrai a admiração de vários atores do panorama internacional e, por consequência, os leva a emular esses comportamentos (Ibid).

O *soft power* de um país baseia-se em três recursos-chave: a sua cultura, os seus valores políticos e as suas políticas externas (Nye Jr., 2004a; 2005; 2008). A cultura é entendida como o conjunto de valores e práticas que criam sentido para uma sociedade. Quando esta inclui valores universais e políticas que promovem valores e interesses compartilhados, existe uma maior probabilidade de alcançar os resultados (Nye, 2005). Neste contexto, pode-se distinguir a “higher culture”, composta por elementos como literatura, arte, educação e programas de intercâmbio educacional internacional (Nye, 2004b); e a cultura popular, cujo foco é o entretenimento das massas (Nye, 2008:96). Para que este poder seja funcional, é importante que cada recurso seja atraente, caso contrário não será produzido nenhum efeito associado ao *soft power* (Ibid). Por sua vez, os valores políticos que um governo defende no seu comportamento doméstico, nas instituições internacionais que integra e na política externa afetam fortemente as preferências dos outros (Ibid). Por último, as políticas externas devem ser coerentes com o comportamento interno demonstrado pelo Estado em questão e ter igualmente em conta a opinião dos outros atores. Através de comportamentos como a atração e mecanismos, como a *agenda-setting*, aliados aos valores, cultura, políticas e instituições de um Estado, é possível garantir um lugar de destaque no sistema internacional. O facto do *soft power* permitir uma mudança nos comportamentos, sem recorrer a conflitos, e dos seus custos serem diminutos quando comparados com os do *hard power*, torna o seu uso interessante quando se trata de política internacional e da cooperação entre os vários atores que atuam no sistema internacional (Ibid). No entanto, é possível que o *soft power* seja aprimorado por meio do uso de recursos tangíveis, pois estes podem ser necessários para instituir determinadas políticas e ações que geram este tipo de poder (Gallarotti, 2011).

Os argumentos de Joseph Nye possibilitam a identificação das fontes de *soft power*, os seus árbitros e os subsequentes recetores. Assumindo a credibilidade como um recurso crucial e uma importante fonte de *soft power*, os governos competem por este fator não só com outros governos, mas também com uma vastidão de atores, incluindo meios noticiosos, empresas, organizações não governamentais (ONGs), organizações intergovernamentais (OIGs) e comunidades científicas (Nye, 2008). Os recetores deste poder co-optivo incluem os governos e públicos estrangeiros, mas também os públicos além fronteiras. O *soft power* pode ser, assim, propriedade de múltiplos atores

¹ No contexto político, a expressão “agenda-setting” refere-se à inclusão efetiva do “problema” na agenda política formal de assuntos a serem tratados pelos membros de um governo.

como universidades, empresas, organizações religiosas, equipas desportivas e cidadãos de um país. Todos estes são elementos potenciais das estratégias deste poder. Entender o público-alvo e as suas pretensões é fundamental, uma vez que o *soft power* engloba fazer com que os outros queiram o mesmo resultado que um certo ator deseja, e tal requer uma compreensão de como os cidadãos entendem a mensagem transmitida (Nye, 2004c). Tal como o próprio autor frisou: “Soft power depends on willing receivers” (Nye, 2004c:120).

A relação entre o *hard* e *soft power* dá-se, uma vez que ambos são aspetos que se relacionam com a capacidade de afetar o comportamento de um ator (Nye, 2005). Nye menciona que a distinção entre estes dois tipos de poder é de grau, quer na natureza do comportamento quer nos recursos (Ibid). Enquanto o *hard power* se baseia em estratégias denominadas de “sticks and carrots²”, o *soft power* apela a aspetos da cultura, aos valores e aos exemplos decorrentes das práticas e políticas internas de um certo Estado, graças à atração (Ibid). A utilização dos recursos destes dois poderes também é distinta, na medida em que os recursos de *hard power* são, geralmente, mantidos em reserva como um monopólio estatal e utilizados em momentos específicos, com objetivos estratégicos e táticos próprios (Roselle, Miskimmon e O’Loughlin, 2014). Por sua vez, muitos dos recursos de *soft power* são compartilhados entre atores, podendo ser encontrados dentro e fora do setor público (Ibid). A relação entre os dois poderes fica patente no chamado *smart power*, definido por Nye (2008) como o equilíbrio entre os recursos dos dois poderes referidos. A interligação entre estes conceitos fica ainda mais notória, no sentido em que os recursos associados ao *hard power* podem produzir *soft power* e vice-versa, dependendo do contexto em que são empregues (Nye, 2011a:19). Um efeito de interação entre estes dois tipos de poder é que o uso de um conjunto de recursos pode economizar ou aumentar a necessidade de outro conjunto de recursos (Ibid). Nye não nega a essencialidade do *hard power*, contudo argumenta que o uso exclusivo das capacidades militares e económicas não garante o sucesso efetivo na política internacional, podendo até prejudicar as metas que os Estados pretendem atingir, devido à crescente interdependência entre os atores internacionais (Lobo-Fernandes, 2005). Aliás, as forças militares também detêm um papel de destaque na criação de *soft power*, através de intercâmbios de oficiais, sessões de treinos conjuntos e programas de assistência realizados com outros países (Nye, 2004c).

² A expressão “sticks and carrots” é uma metáfora para o uso de métodos de recompensa e punição para induzir um comportamento desejado. No contexto político, esta expressão remete para os conceitos de *soft* e *hard power*. Assim, as “carrots” exemplificam a promessa de ajuda económica ou diplomática entre Estados, enquanto os “sticks” podem demonstrar a ameaça de uma ação militar.

De acordo com Roselle, Miskimmon e O'Loughlin (2014), o *soft power* pode ser igualmente entendido como a capacidade de criar consenso em torno de um significado partilhado, podendo aprimorar qualquer tipo de relacionamento que surja entre o Estado e um outro ator. A atração associada a este tipo de poder está também relacionada com a satisfação de necessidades, no sentido em que valores como a liberdade, democracia e Direitos Humanos podem atrair outros atores, pois atendem aos seus desejos e às necessidades individuais e coletivas (Ibid). Para além dos fatores de comunicação e informação, a efetividade do *soft power* deriva da promoção da democracia e dos Direitos Humanos, a par da estreita colaboração dos atores da sociedade civil e das instituições internacionais (Nye Jr., 2011b; Baykurt e de Grazia, 2021). Numa clara alusão à importância da diplomacia pública, Nye (2011b) reforça que grande parte do *soft power* de um país não advém necessariamente das suas ações governamentais, mas da própria sociedade civil. A maioria dos recursos cruciais deste poder estão fora do controlo dos governos, sendo que os seus efeitos dependem fortemente da aceitação do público recetor (Nye, 2004c). Conclui-se, portanto, que o futuro de um Estado não depende exclusivamente de si nem das suas relações transnacionais. A dependência estatal face aos recursos materiais tem diminuído, dando lugar à ênfase na capacidade de manutenção da credibilidade entre os públicos, com fontes de informação cada vez mais diversificadas (Keohane e Nye, 1998).

Mesmo com o reconhecimento de que o *soft power* pode promover a otimização da influência e segurança nacionais, aproveitar os benefícios deste poder dependerá da capacidade dos decisores de apreciar e explorar tais benefícios (Gallarotti, 2011). No processo de consagração deste poder, é imperativo que os atores demonstrem respeito pelas normas e instituições internacionais. O compromisso para com as regras existentes exala confiança, legitimidade e disposição contra a violência, tornando-se a principal fonte de *soft power* internacional, uma vez que as fontes que se seguem são elementos mais específicos dessa orientação mais geral (Ibid). Neste seguimento, os Estados devem adotar igualmente uma posição multilateral aquando da promoção das suas políticas externas e respeitar os compromissos internacionais e, ainda, estar dispostos a sacrificar os seus interesses de curto prazo em prol de esquemas colaborativos que tratem de problemas multilaterais relevantes (Ibid). Além disso, o *soft power* só funciona se um determinado papel gerar identificação e aceitação por parte dos demais, ficando explícita a posição ativa dos sujeitos no processo de aceitação na dinâmica deste poder (B. Duarte e Ferreira-Pereira, 2021).

Quando comparado com o início do século XXI, hoje o poder sobre a informação está amplamente distribuído, contribuindo para a difusão de poder dos governos para outros atores e para a consequente competição entre atores no domínio do *soft power* (Nye, 2014). O poder na era da informação global inclui uma dimensão suave de atração, assim como as dimensões de coerção e indução (Nye, 2008:107). A extensão deste poder depende de algumas condições, entre as quais a capacidade de persuasão da informação livre (isto é, informação que os atores estão dispostos a criar e distribuir sem qualquer compensação financeira) que um ator pretende transmitir (Keohane e Nye, 1998). A possibilidade de disseminar este tipo de informação aumenta o potencial para a persuasão na política mundial, pelo que aliar o *soft power* à informação livre poderá auxiliar na mudança das perceções (Ibid). Sendo os recursos de *soft power* mais lentos, mais difusos e mais difíceis de manobrar do que os recursos de *hard power* (Nye, 2004c), a comunicação assume um papel significativo no poder co-optivo, especialmente devido à existência de diferentes pontos de vista que poderão ser ultrapassados quando se conhece, de modo aprofundado, a audiência-chave (de Grazia, 2021).

Uma fraqueza no estudo do *soft power* é a dificuldade em medir de forma eficiente o impacto e sucesso das ferramentas ao seu dispor (Roselle, Miskimmon e O'Loughlin, 2014; Seymour, 2020). Ao contrário dos recursos de *hard power*, que são passíveis de mensuração, o *soft power* detém uma base maioritariamente intangível, tornando quaisquer esforços de quantificação dos seus sucessos de índole qualitativa difíceis (Seymour, 2020). À semelhança do que Nye argumenta, é necessário identificar não apenas o efeito da atratividade do *soft power* de um país sobre a opinião pública no exterior, mas também identificar as mudanças comportamentais que daí resultam. No entanto, esta tarefa deve ser delegada para os “jornalistas e historiadores”, e não para académicos de RI, tal como argumenta o autor (Nye Jr., 2011b:86). Pese embora muitos aceitem esta declaração, ainda é difícil identificar os recursos de *soft power*, os processos através dos quais este opera e compreender em que condições os seus recursos podem ser usados para apoiar a política externa (Roselle, Miskimmon e O'Loughlin, 2014).

Os exercícios de *soft power* geram um clima que pode resultar em mudanças na influência sobre as decisões diplomáticas por parte da opinião pública. Neste sentido, é argumentado que a diplomacia é uma das ferramentas de *soft power*, tanto na sua forma tradicional de governo para governo, quanto na forma pública associada às interações governo-públicos (Roselle, Miskimmon e O'Loughlin, 2014). A diplomacia pública pode, sob certas circunstâncias, servir para ampliar os recursos do *soft power*, fortalecendo a atração de um país (Ibid).

1.2. Diplomacia Pública

Na academia, uma nova geração de estudiosos de diplomacia antecipou e propôs novas formas de engajamento diplomático, no qual os contactos com as sociedades estrangeiras não se encontravam mais na periferia dos assuntos diplomáticos (Melissen, 2011). Uma variedade de livros e artigos transmitiu um consenso crescente de que a legitimidade dos governos e a sua credibilidade num ambiente cada vez mais transnacional requeria um papel maior para os atores sociais, e que a diplomacia pública não era apenas de interesse nacional, mas também de interesse comum internacional (Melissen, 2005; 2011). O debate da diplomacia pública estende-se para além da academia, com diplomatas e outros familiarizados com esta prática a contribuírem positivamente neste sentido, ao articularem a importância do *soft power* e as suas implicações para a arte contemporânea de governar (Melissen, 2011). Apesar da crescente importância da diplomacia pública nas RI atuais, os académicos ainda não procuraram promover suficientemente a pesquisa sistemática neste campo (Gilboa, 2008). Foram desenvolvidos modelos e ferramentas para análise em várias disciplinas relevantes, mas não foi proposta uma estrutura abrangente e integrada neste sentido.

1.2.1. As Origens da Diplomacia Pública

A comunicação oficial dirigida a públicos estrangeiros não é um fenómeno recente nas RI. À semelhança do que Jan Melissen afirma no seu capítulo do livro “The New Public Diplomacy: Soft Power in International Relations” (2005a), o cultivo da imagem, a propaganda e as atividades que hoje são rotuladas como diplomacia pública são quase tão antigas quanto a própria diplomacia. A distinção entre estes dois instrumentos de política externa assenta no público-alvo a que se destinam: enquanto a diplomacia tradicional diz respeito à manutenção de relações pacíficas entre os representantes de diferentes Estados e atores internacionais, a diplomacia pública destina-se ao público em geral em sociedades estrangeiras e a grupos, organizações e indivíduos não oficiais específicos (Melissen, 2005a:5).

Um dos maiores propulsores para o desenvolvimento do diálogo com públicos internacionais e para as relações diplomáticas foi a invenção da imprensa no século XV, que permitiu criar um

clima de proximidade e de fluxo de comunicações entre os governantes e as restantes nações e os seus cidadãos (Melissen, 2005b). De modo particular, foi durante o regime de Luís XIV da França que se atingiu um novo pico na criação da identidade e projeção da imagem de uma nação, algo que se espalhou um pouco por todos os impérios existentes na época. A evolução destes fenómenos continuou e, durante o período entre as guerras mundiais, assistiu-se ao nascimento do cultivo da imagem profissional além fronteiras, aliada aos fenómenos ditatoriais (Ibid). Nesta época, desenvolveram-se as raízes de novas práticas diplomáticas que iam desde, por exemplo, sucessivas declarações alemãs sobre a política de guerra submarina, passando por declarações públicas de termos de paz até à visão idealista de Woodrow Wilson de um sistema internacional assente em acordos de paz (Cull, 2020). Foi portanto inevitável que, após a Segunda Guerra Mundial, o estudo académico emergente da política internacional despertasse para a importância do que agora é comumente apelidado de *soft power*, mas também da própria diplomacia (Ibid). A revolução da comunicação despoletada após 1945 e que experimentou avanços no final do século XX permitiu aos cidadãos obter informações sobre o que estava a acontecer noutros países com a mesma rapidez que os governos (Ibid). Neste sentido, a democratização do acesso à informação transformou os cidadãos em observadores independentes e em participantes ativos na política internacional, pelo que a nova agenda da diplomacia aumentou a influência destes atores (Ibid).

O termo 'diplomacia pública' foi aplicado pela primeira vez ao processo de informação internacional e relações culturais em 1965 por Edmund Gullion, um ex-diplomata norte-americano que se tornou reitor da Fletcher School of Law and Diplomacy da Universidade de Tufts e fundador do Edward R. Murrow Center of Public Diplomacy (Cull, 2010; 2020). Gullion definiu diplomacia pública como uma forma de influência sobre a opinião pública que, por sua vez, teria impacto sobre a conduta da diplomacia tradicional (Pamment, 2014). Mais concretamente, "the ways in which governments, private groups, and individuals shape those public attitudes and opinions which influence the formulation and execution of foreign policy" (Birdsall, 2019). As origens da diplomacia pública contemporânea são dominadas, na sua maioria, pela experiência americana aquando a Guerra Fria como forma de explicar as suas atividades de transmissão de notícias, bem como alguns dos seus programas culturais e de intercâmbio. Devido ao enorme poder destrutivo das armas nucleares, ficou claro que as campanhas de informação e persuasão seriam as principais armas que as duas superpotências em causa, os EUA e a União Soviética, utilizariam na sua luta ideológica e estratégica global (Gilboa, 2008). As campanhas americanas direcionadas para os públicos estrangeiros eram focadas em comunicar o estilo de vida e o poderio norte-

americano. A diplomacia pública e a promoção da cultura estavam conectadas e serviam propósitos semelhantes (Melissen, 2005b). Nesta aparente primeira fase da diplomacia pública, o pressuposto era que, se a opinião pública na sociedade-alvo fosse persuadida a aceitar uma imagem favorável do outro lado, exerceria pressão sobre o governo em causa para alterar as atitudes e políticas hostis existentes (Gilboa, 2008). De acordo com Cull (2010), o uso recorrente do conceito de diplomacia pública nos EUA deu-se por três motivos: primeiramente, o país necessitava de uma alternativa benigna para termos como “propaganda” e “guerra psicológica” e, desta forma, permitir uma distinção mais clara entre as suas “práticas democráticas de informação”, no entender dos EUA, e as políticas seguidas pela União Soviética; em segundo lugar, a burocracia de informação internacional dos EUA – a cargo da Agência de Informação dos Estados Unidos (USIA) - acolheu um termo que lhes passou a conceder o estatuto de *quasi*diplomatas; por último, como este termo implicava um único conceito de abordagem de uma nação à opinião internacional, continha um argumento implícito para uma centralização dos mecanismos da diplomacia pública (Ibid).

1.2.2. Dimensões do Conceito de Diplomacia Pública

O conceito de diplomacia pública é considerado dinâmico e abrangente, variando de acordo com os autores analisados. No entanto mantém determinadas linhas orientadoras, em particular a ligação entre um determinado Estado ou ator e os públicos estrangeiros que os primeiros visam atrair. Assim, a diplomacia pública permite disseminar os valores, ideais e políticas de um Estado com terceiros, recorrendo a métodos de comunicação bilateral. Podendo servir vários propósitos, como o desejo de ser notado por outros países, de propagar valores considerados universais a outras entidades e podendo ainda resultar de preocupações económicas urgentes num clima de maior competição global (Melissen, 2011), a ênfase da diplomacia pública é colocada na transmissão dos aspetos positivos de um país a públicos externos (Melissen, 2005a).

Os estudos da diplomacia pública concentram-se em duas áreas principais: as interpretações teóricas e a recolha de atividades práticas (Saliu, 2021). Ou seja, “a diplomacia pública é um novo campo de prática e conhecimento” (Gilboa, 2008:55). O primeiro plano, relacionado com as interpretações teóricas, pretende explicar as noções básicas do que se entende por diplomacia pública, qual a teoria explicativa dessa comunicação com os públicos estrangeiros e a relação que esse campo tem com outras áreas (Saliu, 2021). O segundo plano, o de descrever as atividades e

também a sua composição, inclui as medidas tomadas na área para a realização da comunicação com os públicos estrangeiros (Ibid). Tais dimensões garantem um amplo consenso da maioria dos estudiosos na área de diplomacia pública (Melissen 2005a e 2005b; Pamment, 2014; Nye, 2019): a gestão da informação, no qual os média são utilizados como canal de comunicação para transmitir informações positivas para públicos estrangeiros; a comunicação estratégica, que significa o envio de mensagens para estrangeiros com foco nas atividades semanais e mensais; e o estabelecimento de relacionamentos de longo prazo, de modo a alcançar compreensão e cooperação mútuas e que tende a incluir diplomacia cultural, intercâmbios e bolsas de estudo (Saliu, 2021). Estas atividades geralmente concentram-se em enviar uma imagem ou reputação positiva de um país para públicos estrangeiros, como forma de colocar o máximo de informações possíveis no contexto político, económico, cultural e turístico, especialmente nos dias atuais, pautados pela era da digitalização (Ibid).

Para além de ser empregue por Estados, este conceito também é desenvolvido por OIs, com o propósito de facilitar a compreensão e projeção de culturas, atitudes e comportamentos, a par de construir relacionamentos e fortalecer o entendimento mútuo, influenciar pensamentos e mobilizar ações para fazer avançar com os interesses e valores de um determinado ator (Gregory, 2011; Banks, 2020). A diplomacia pública torna-se ainda mais eficaz com a cooperação de agentes não governamentais da própria sociedade civil do país de envio e com o emprego de redes locais nos países-alvo (Melissen, 2005a; 2005b; Ferreira-Pereira e Pinto, 2021). É importante frisar que as estratégias para lidar com os públicos externos devem ser diferenciadas da socialização doméstica da diplomacia, pese embora se devam relacionar com o que é defendido internamente (Ibid). Segundo Melissen, separar totalmente os assuntos públicos (voltados para o público doméstico) da diplomacia pública (cujo intuito é lidar com grupos-alvo no exterior) está cada vez mais em desacordo com as realidades "interconectadas" das relações globais (Melissen, 2005b) e, como tal, a diplomacia pública é um espelho não só das vivências internas de um Estado, como também de todo o sistema internacional.

A existência de dois modelos de diplomacia pública, um hierárquico e um de rede, permite a construção de múltiplos cenários de atuação, consoante os objetivos pretendidos pelo ator que desenvolve os seus encargos diplomáticos (Melissen, 2011). Por um lado, existe uma imagem tradicional hierárquica dos sistemas diplomáticos, onde é apresentada uma imagem de diplomacia que sublinha a centralidade das relações intergovernamentais e onde os Ministérios dos Negócios

Estrangeiros e o sistema diplomático nacional agem como *gatekeepers*⁸, monitorizando interações entre ambientes de políticas nacionais e internacionais e informações de afunilamento entre eles (Hocking, 2005). Por sua vez, o modelo de rede fornece uma imagem fundamentalmente diferente de como a diplomacia funciona no século XXI, focando a importância da sua dimensão pública, assim como privada (Ibid). Subjacente às várias definições de redes está a proposição de que estas são indispensáveis na gestão de ambientes políticos cada vez mais complexos, através da promoção da comunicação e da confiança. Neste modelo, a variante pública da diplomacia não é uma prerrogativa dos Estados, ainda que estes se mantenham como os atores principais da sociedade internacional (Melissen, 2011). Por consequência, uma variedade de atores compartilham interesses comuns no que diz respeito a uma política e trocam recursos para perseguir interesses compartilhados, reconhecendo que a cooperação é a melhor forma de atingir objetivos comuns (Hocking, 2005). Em conformidade com o que Hocking descreve, Melissen também reforça a ideia de que a diplomacia pública prospera maioritariamente num ambiente de rede, ao invés do modelo hierárquico centrado unicamente no Estado (Melissen, 2005a). A recente evolução da diplomacia pública demonstra que esta está a tornar-se menos nacional, não só em termos dos atores envolvidos mas também no que diz respeito aos temas que os atores utilizam para contar a sua história (Melissen, 2011). A diplomacia pública está, portanto, a abandonar a perspetiva promocional, dando lugar a um engajamento mais diplomático por parte dos governos, assim como uma maior colaboração com outros atores (Ibid).

Nye (2004c, 2008) contribui igualmente para o estudo da diplomacia pública, apontando três dimensões importantes: as comunicações diárias, que envolvem a explicação do contexto das decisões de política interna e externa; a comunicação estratégica, que desenvolve um conjunto de temas, com o intuito de fazer avançar políticas governamentais específicas no contexto de uma campanha política ou publicitária; e o desenvolvimento de relacionamentos estáveis com indivíduos-chave via bolsas de estudo, intercâmbios, conferências, entre outros. Estas dimensões desempenham um papel de destaque na construção de uma imagem atraente de um país (Nye, 2004c). Nesta sequência, os países que provavelmente serão mais atraentes nas RI pós-modernas são aqueles que ajudam a enquadrar as questões, cuja cultura e ideias estão mais próximas das normas internacionais vigentes e cuja credibilidade no exterior é reforçada pelos seus valores e

⁸ De acordo com Pamela Shoemaker e Tim Vos (2009), investigadores da teoria de *gatekeeping*, definem este termo como o processo de selecionar e criar fragmentos de informação, num número limitado de mensagens, que chegam às pessoas diariamente, sendo o centro do papel dos média na vida pública moderna. Determina não só que informação é selecionada, como também qual será o conteúdo e a natureza das mensagens.

políticas (Melissen, 2005a). A diplomacia pública pode funcionar igualmente como um apoio aos interesses vitais de determinadas nações e como forma de integração no mundo transatlântico e, por isso, para Estados com uma situação económica e política instável, a comunicação e a instituição de relações diplomáticas com públicos estrangeiros é uma possível solução para a situação em que se encontram (Ibid). Consequentemente, a diplomacia pública também floresce em regiões altamente interdependentes e entre países que estão ligados por múltiplas relações transnacionais e que, portanto, detêm um grau substancial de interconexão entre as suas sociedades civis (Ibid). Pese embora seja necessário que os objetivos traçados sejam consistentes com a política externa de um ator, a excessiva proximidade da diplomacia pública à política externa pode prejudicar a reputação deste nas suas comunicações externas (Ibid). É fundamental que se desenvolva uma estratégia de diplomacia pública de longo prazo, aliada à coordenação central de políticas e que tenha em conta os modos de atuação das sociedades-alvo.

Semelhante ao pensamento de Melissen, Nicholas Cull (2010) define diplomacia como o conjunto de mecanismos não-bélicos implementados por um ator internacional para gerir o ambiente global. Esse ator pode ser um Estado, uma empresa multinacional, uma ONG, uma OI, uma organização terrorista/paramilitar apátrida ou outro jogador no cenário mundial (Ibid). Se, para o autor, a diplomacia tradicional é a tentativa de um ator gerir o ambiente internacional por meio do envolvimento com um outro ator internacional, a sua variante pública é a tentativa de um ator internacional gerir o ambiente internacional por meio do engajamento com um público estrangeiro (Ibid). O elo mais importante em qualquer estrutura de diplomacia pública é aquele que conecta a pesquisa à formulação de políticas e que garante que o impacto das decisões sobre a opinião estrangeira detenham uma forte influência no processo de política externa (Ibid). Faz parte da diplomacia pública escutar este público e mudar a sua abordagem. Da mesma forma, o contacto não precisa de estar relacionado com a imagem do ator internacional, podendo ser a promoção de uma ideia que o ator considera um elemento importante na política externa (Ibid).

Um dos elementos principais da diplomacia pública é, pois, a capacidade de escutar ativamente os outros, sendo primordial recolher e comparar dados sobre os públicos e as suas opiniões no exterior e utilizar essas informações para redirecionar a sua política ou a sua abordagem de diplomacia pública (Cull, 2010; Di Martino, 2020). Escutar tornou-se uma atividade central na diplomacia pública e um elemento definidor das formas dialógicas de comunicação, com o objetivo fazer avançar as políticas externas criando as condições para o diálogo

internacional. Um ouvinte ativo cria um ambiente favorável onde os atores da diplomacia pública são vistos como ouvintes e, portanto, considerados interlocutores credíveis (Di Martino, 2020). Para além disto, a escuta ativa aumenta a confiança e permite o cultivo de metas de longo prazo. O diálogo resultante deste tipo de escuta detém uma maior probabilidade de produzir trocas significativas quando os cidadãos se sentem ouvidos (Ibid). Para que sejam bem sucedidos, os atores da diplomacia pública devem não só entregar as mensagens certas, como também trabalhar para criar o ambiente certo para essas mensagens, por meio da promoção de regimes regulatórios nacionais e internacionais apropriados (Ibid). Isto significa que um trabalho diplomático eficiente não depende unicamente das estratégias de comunicação utilizadas, mas também do correto entendimento do público-alvo e dos seus interesses (Ingenhoff e Chariatte, 2020). Esta questão tem sido um elemento das práticas da diplomacia pública, como a advocacia⁴, a diplomacia cultural, as agências de intercâmbio e de *international broadcasting*⁵, cada um destes elementos atendendo ao seu próprio público e pesquisas de opinião.

Nancy Snow fornece o seu contributo para o conceito de diplomacia tradicional, definindo-a como a relação entre governos (G2G⁶) (Snow, 2009). Já a diplomacia pública tradicional abrange os modos como os governos interagem com públicos globais (G2P⁶), o que inclui esforços para informar, influenciar e envolver esses públicos no apoio aos objetivos nacionais e políticas externas (Ibid). A evolução da diplomacia pública permitiu que o conceito passasse a envolver a forma como, quer os governos quer as OIs, grupos privados e indivíduos, influenciam direta e indiretamente as atitudes e opiniões públicas que, por seu turno, afetam de modo direto as decisões de política externa de outro governo (P2P⁷) (Ibid). Esta mudança dá-se devido à evolução das tecnologias de comunicação, que permitiram o aumento da participação dos públicos nas conversas sobre assuntos externos e o subsequente envolvimento da opinião pública na formulação da política externa (Ibid). Para a autora, a mudança da ênfase diplomática para a

· A advocacia na diplomacia pública pode ser definida como a tentativa de um ator de gerir o ambiente internacional, empreendendo atividades de comunicação internacionais para promover ativamente uma determinada política, ideia ou interesses gerais desse mesmo ator na mente de um público estrangeiro (Cull, 2010). Isto inclui relações com a imprensa da embaixada e trabalho informativo (Ibid).

· O *international broadcasting* é uma tentativa do ator de gerir o ambiente internacional, utilizando as tecnologias de rádio, televisão e Internet para interagir com os públicos estrangeiros (Cull, 2010). O trabalho desta técnica é praticado pelos Estados pode-se sobrepor a todas as outras funções de diplomacia pública, incluindo a escuta nas funções de monitoramento/pesquisa de público, defesa/trabalho de informação em editoriais ou transmissões de políticas, diplomacia cultural no seu conteúdo cultural e trocas de programação e pessoal com outras emissoras (Ibid).

· O termo "government-to-government" (G2G) remete para a prática da diplomacia tradicional que assenta, essencial e unicamente, na manutenção de relações entre os governos dos Estados envolvidos.

· A sigla G2P, sinónimo de "government-to-people", diz respeito ao engajamento entre governos e os públicos globais, na tentativa de expandir as relações meramente entre governos, ou seja, G2G.

· O conceito "people-to-people" (P2P) alude a uma expansão ainda maior dos conceitos anteriores, envolvendo o desenvolvimento de conexões diplomáticas entre os públicos estrangeiros, visando maioritariamente os cidadãos e as suas atitudes que, por sua vez, influenciam as atitudes dos Estados aos quais pertencem.

ênfase pública resultou no surgimento de duas filosofias diferentes sobre a utilidade da diplomacia pública: aqueles que entendem a diplomacia pública como um mal necessário, ou seja, uma tática auxiliar que apoia os esforços da diplomacia pública convencional; e aqueles que compreendem a diplomacia pública como uma explicação de como as nações interagem entre si, sendo esta a prevalecente (Ibid). Paralelamente, Philip Arceneaux e Shawn Power (2020), no capítulo “International Broadcasting: Public Diplomacy as a Game in a Marketplace of Loyalties”, do livro editado por Snow e Cull denominado “Routledge Handbook of Public Diplomacy”, definem a diplomacia pública como sendo o comportamento de um ator político que se engaja, via táticas de comunicação estratégica, com o público estrangeiro, tendo por base a capacidade de gestão de imagem e reputação para promover a sua política externa e interesses. Por sua vez, Robert Gass e John Seiter (2020) reiteram a explicação do conceito de diplomacia pública como sendo uma forma de gestão da imagem nacional, que inclui todo e qualquer esforço para capturar os corações e mentes dos outros, por meios oficiais ou não oficiais. Para os autores, a diplomacia pública consiste em mais do que palavras ou atos dos chefes de Estado e dos seus representantes, englobando também a ação cívica, tal como ações de movimentos sociais, programas de intercâmbio e o envolvimento de ONGs (Ibid).

De modo semelhante, Robert Banks (2020) afirma que a diplomacia pública engloba atividades de comunicação, baseadas nas políticas de um ator internacional projetadas para entender, engajar, informar e influenciar públicos estrangeiros em apoio a interesses nacionais e institucionais. De acordo com o académico, as funções da vertente pública da diplomacia respondem ao “porquê” da sua importância para os Estados. Por sua vez, o “como” abrange cinco categorias, nomeadamente escutar, informar, advogar, conectar e empoderar (Ibid). A multiplicidade de formas pelas quais a diplomacia pública pode ser utilizada para enfrentar os desafios da política externa, por meio do envolvimento com públicos internacionais, pode ajudar a explicar o “porquê” da função deste modelo ser tão difundido nalguns países, entre uma variedade de diferentes ministérios, agências, escritórios e ONGs (Ibid). Por outro lado, a definição de diplomacia pública dada por Paul Sharp diz-nos que esta é um “processo pelo qual se prosseguem relações diretas com as pessoas num determinado país, como forma de fazer avançar os interesses e alargar os valores daqueles que estão a ser representados” (Sharp, 2005:106).

O contributo científico de Brian Hocking (2005) prende-se também com a importância dos públicos-alvo e da sua participação no contexto da diplomacia pública. Se, inicialmente, a crença

normativa de uma 'diplomacia aberta' não implicava um papel ativo dos públicos, com o impulso da responsabilidade democrática no período da Guerra Fria, a convicção na necessidade do envolvimento direto do público na diplomacia ficou estabelecida (Ibid). Ademais, a expansão dos processos de globalização contribuíram largamente para sustentar a relevância dos públicos, uma vez que implicaram a expansão das relações sociais, que transcenderam as fronteiras tradicionais (Ibid). Estes desenvolvimentos ofereceram uma oportunidade para a redefinição da diplomacia pública em termos de um papel ativo dos públicos, ao invés de serem retratados como objetos passivos das estratégias de política externa do governo. Em concordância com Hocking, Banks (2020) ressalta a importância do público e da sua identificação aquando os processos de diplomacia pública. As tentativas de definir o que constitui um público-alvo variam desde as elites, as massas e os média, até aos *decision-makers* e os atores que os influenciam. Porém, os académicos concordam que "todas as pessoas" não é sinónimo de "público-alvo", pois a diplomacia pública, consoante o ator que a desenvolve, visa uma audiência única (Ibid). Uma vez que a credibilidade está nos olhos de quem vê, aqueles que procuram projetar credibilidade por meio de estratégias de diplomacia pública devem adotar uma abordagem específica centrada no público (Gass e Seiter, 2020). A diplomacia pública deve ser flexível e capaz de se adaptar às mudanças nas circunstâncias, havendo também a necessidade de adequar estas estratégias à cultura dos públicos-alvo (Ibid). Os atores devem, assim, tentar definir o mais restrito possível o seu público-alvo, com base nos seus objetivos estratégicos e, em seguida, procurar a pesquisa necessária para determinar a programação mais poderosa para direcionar ao público, por meio dos canais de comunicação mais adequados disponíveis (Ibid).

Craig Hayden (2017) reitera as ideias dos académicos anteriores, acentuando que a diplomacia pública equivale a atos comunicativos e sociais para informar, persuadir e construir relações entre governos e públicos estratégicos que promovem as ambições de política externa do Estado em questão. Enquanto ferramenta de atuação governamental, envolve, quase obrigatoriamente, a cooperação e a contribuição dos públicos domésticos como parte de um grande projeto sistemático entre as instituições estatais e os cidadãos (Yang, 2011). A diplomacia pública, enquanto instituição da prática diplomática, depende de um conjunto de argumentos que estabelecem a sua legitimidade como um campo de prática relevante para os encargos maiores da política (Hayden 2011). O *soft power*, em particular, tem servido esse propósito, tornando os discursos da diplomacia pública um espaço ideal para investigar o raciocínio pragmático derivado deste conceito de poder (Ibid).

1.3. A Ligação entre o *Soft Power* e a Diplomacia Pública

Defendido pela maioria dos autores que se debruçam sobre este tema e que são analisados nesta dissertação, a diplomacia pública é estimada como uma ferramenta essencial no arsenal do *soft power* e, de certa forma, este último só pode ser alcançado por meio de ações concertadas de diplomacia pública (Nye, 2008: 95). Neste sentido, os atores tendem a recorrer à diplomacia pública para se comunicar e atrair públicos de outros países e expandir a sua influência e visibilidade na arena internacional (Ibid). Bruce Gregory, docente da área de diplomacia pública na Universidade George Washington, descreve a diplomacia pública como tendo evoluído de “instrumentos estatais (...) que envolvem e persuadem públicos estrangeiros” para um mandato mais amplo para os atores internacionais “compreenderem culturas, atitudes e comportamento; construam e giram relacionamentos; e influenciem pensamentos e mobilizem ações para promover os seus interesses e valores” (Gregory, 2011:353). A definição de Gregory sugere que a diplomacia pública, como prática, manifesta suposições cruciais inerentes ao conceito de *soft power*. Numa ótica inspirada evidentemente pelas ideias Nyesianas, Hocking (2005) reforça que a utilidade do *soft power* tornou-se num princípio-chave no debate sobre a importância da diplomacia pública. Argumentos relacionados às limitações do *hard power* e as vantagens que podem advir do uso do *soft power*, enraizado em fatores como os já mencionados acima, são pressupostos básicos entre os defensores de um papel reforçado da diplomacia pública (Ibid). Enquanto proposição prática, o *soft power* abre possibilidades de alavancagem de recursos culturais nas relações internacionais, daí a sua conveniência para justificar a diplomacia pública (Hayden, 2017).

Do mesmo modo, Hayden (Ibid) enfatiza a ideia de que a prática de diplomacia pública é efetivamente garantida pela natureza da política internacional descrita no conceito de *soft power*, onde a influência e a capacidade de atingir os objetivos políticos podem ser encontradas na aptidão de cultivar relacionamentos e administrar um contexto simbólico nas relações internacionais, de forma a produzir os resultados estratégicos desejados (Ibid). Ademais, os principais argumentos do *soft power* sugerem que tais estruturas podem ser aproveitadas como ferramentas de engajamento. De acordo com o James Pamment (2014), a diplomacia pública refere-se a uma prática de *soft power* que envolve intervenções de comunicação em questões de política externa, utilizando ativamente ativos deste tipo de poder e combinando uma multiplicidade de práticas comunicativas – como cultura, advocacia e o *nation branding* – sob o seu guarda-chuva. A

diplomacia pública pode, portanto, ser vista como um contributo para o *soft power* de um ator, gerando credibilidade, promovendo valores, mudanças de comportamento e aumento da boa vontade (Pamment, 2014). Aliás, a noção de *soft power* está bem estabelecida para analisar as interseções entre comunicação e influência num contexto internacional, visto que para deter este poder é necessária a correspondência de valores e cultura de um ator às normas globais prevalecentes e acesso a múltiplos canais de comunicação capazes de fomentar a influência de temas-chave (Ibid).

Hayden (2017) apresenta, ainda, o *soft power* como sendo composto por três aspetos primários: alcance, mecanismos e resultados, todos estes tornados aparentes, de alguma forma, pela prática da diplomacia pública. O primeiro aspeto do enquadramento da diplomacia pública, o alcance, direciona a atenção para como as temáticas de *soft power* são reconhecidas como viáveis em termos de objetivos estratégicos (Ibid). Este aspeto é extraído da própria descrição de Nye (2011) de *soft power* - e denota quem ou o que está realmente envolvido em qualquer caso de ação de *soft power*. Quando um Estado decide envolver um público estrangeiro, fá-lo sob pressupostos sobre o que um Estado pode ou deve fazer em termos da sua identidade como entidade soberana. No contexto diplomático, este refere-se à forma como os programas de diplomacia pública refletem uma racionalização do público, em particular o modo como as organizações de diplomacia pública 'imaginam' os públicos disponíveis para persuasão, como compreendem as audiências enquanto pertinentes face aos objetivos da política externa e como atribuem o devido crédito aos sujeitos do *soft power* (Napoli, 2010). Por exemplo, quando os Estados conduzem uma diplomacia pública que enfatiza a colaboração ou o diálogo, o público obtém alguns benefícios da transparência das informações quando se torna parte interessada num cenário diplomático (Ibid). No entanto, se os públicos são concebidos como ingénuos, os programas de diplomacia pública refletirão as expectativas mínimas da agência interpretativa de um público. O mecanismo, por seu turno, reflete como diferentes práticas e recursos de poder (como mensagens de comunicação, cultura e tecnologias de comunicação) são considerados eficazes (Ibid). Este fator explica as maneiras pelas quais os governos conectam os recursos a comportamentos em atos de diplomacia pública (Ibid). Essencialmente, reflete como os Estados antecipam o que funciona, o que pode ser verificado tanto no discurso estratégico, como na avaliação do programa e na reconstrução retrospectiva de episódios de diplomacia pública (Ibid). Por fim, os resultados revelam como a diplomacia pública é justificada e articulada como contribuindo para objetivos estratégicos viáveis (Ibid). Estes refletem a gama de objetivos previstos

a partir do uso ou cultivo efetivo do *soft power* (Ibid). Neste caso, concentra-se a atenção nos objetivos que se argumenta serem decorrentes do alcance e do mecanismo quando um Estado se envolve em atos de diplomacia pública. Estes três aspetos são oferecidos para classificar as razões e argumentos de apoio ao *soft power* (Ibid).

Inconsistências na argumentação do *soft power* e da diplomacia pública relacionam-se com o porquê da diplomacia pública dever ser uma preocupação importante se a lógica subjacente da política de atração, proveniente do *soft power*, funciona (Hocking, 2005). Se um determinado ator quer fazer o que outro deseja por meio da afinidade cultural, porquê dispensar energia na diplomacia pública? A resposta está, em parte, no facto de que poucos atores possuem *soft power* na forma apresentada por Nye. É precisamente a falta de *soft power* de proporções hegemónicas que dinamiza as estratégias de diplomacia pública de muitos atores (Ibid).

1.4. A Nova Diplomacia Pública e a Diplomacia Cultural

Os acontecimentos surgidos no pós-11 de setembro de 2001 e o conseqüente clima de medo relativo às considerações de segurança nacional americana estimularam o debate sobre a pública da diplomacia, porém não foi a única razão para tal (Hocking, 2005; Melissen, 2011). Os motivos para a priorização da diplomacia pública associaram-se, também, a uma possível resposta à queda nas perceções estrangeiras (Melissen, 2005b). Os novos desafios e necessidades da diplomacia pública foram influenciados por três revoluções interrelacionadas nas áreas de comunicação de massa, política e RI (Gilboa, 2008). A revolução nas tecnologias de comunicação criou duas grandes inovações: a Internet e as redes globais de notícias. A Internet passou a oferecer aos Estados, ONGs, comunidades, empresas e, até mesmo, indivíduos, oportunidades de trocar ideias sobre assuntos mundiais. Por sua vez, as revoluções na política transformaram muitas sociedades autocráticas em democracias, gerando uma crescente participação das massas nos processos políticos (Ibid). Por último, a revolução nas RI modificou por completo os objetivos e os meios da política externa, sendo que a imagem e a reputação favoráveis em todo o mundo, conquistadas por meio da atração e da persuasão, tornaram-se mais importantes do que fatores tipicamente tradicionais, como o território, o acesso a matérias-primas e a detenção de ativos económicos e militares (Ibid).

As preocupações atuais com a implementação de estratégias de diplomacia pública e o desenvolvimento de novos mecanismos dentro dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros para os supervisionar conduzem ao perigo de se interpretar erroneamente o significado de diplomacia pública, confundindo o seu papel com o modo de exercer poder com a mudança de ambientes nos quais a energia é projetada (Hocking, 2005). Este acontecimento fez-se acompanhar da necessidade de atualização do conceito de diplomacia pública, tendo nascido, assim, uma “nova diplomacia pública” baseada numa análise prospetiva das práticas em evolução nos países de vanguarda do mundo transatlântico (Ibid). O reforço da ideia de que a colaboração de práticas de diplomacia pública entre atores é mais flexível e orientada para resultados pode ser vista como um sintoma do nascimento desta diplomacia pública colaborativa, que assenta num maior envolvimento com a sociedade civil (Melissen, 2011). Fica, pois, clara a noção defendida por Robert Cooper de que o sucesso na diplomacia assenta na abertura e cooperação transnacional, sendo que para o atingir é necessária a procura ativa de relações diplomáticas mais colaborativas com vários tipos de atores (Cooper, 2003). Por consequência, a diplomacia pública tem sido ativamente procurada por OIs que seguem os passos tradicionais dos Estados e a sua manutenção de relações bilaterais (Melissen, 2005a), à semelhança do que se observa na UE. Nestes casos, a participação dos diplomatas nem sempre se faz sentir de forma direta e ‘no terreno’, contudo estes encontram-se presentes em momentos fulcrais dos processos diplomáticos, nomeadamente no planeamento e na monitorização dos mesmos.

A procura ativa da diplomacia pública por parte de OIs, na sua generalidade, é uma das características centrais da NDP (Melissen, 2005a; 2005b). Esta não está confinada a mensagens, campanhas de promoção ou contactos governamentais diretos com públicos estrangeiros que servem a objetivos de política externa (Melissen, 2005b). Assenta na construção de relacionamentos com atores da sociedade civil noutros países e na facilitação de redes entre atores não governamentais internos e externos (Ibid). O foco encontra-se no relacionamento com as audiências externas, como condição para uma política externa bem sucedida. Tendo em consideração a era digital e o contexto das redes sociais da comunicação política, a NDP capacita os cidadãos, que antes eram vistos como os participantes mais fracos da comunicação política quando comparados aos média e aos políticos (Ociepka, 2018). Em termos de modelos de comunicação, a NDP é descrita como mais simétrica e dialógica do que a diplomacia pública tradicional, uma vez que representa uma tentativa de ajustar a diplomacia pública às condições da era da informação (Gilboa, 2008). Para Nicholas Cull (2010), este novo termo chama a atenção

para mudanças importantes na prática da diplomacia pública, entre as quais: a proeminência crescente de OIs; o uso de tecnologias de comunicação avançadas, que permitem um contacto eficiente e rápido; o afastamento dos contactos “ator-a-pessoa” que dão lugar à relação “pessoa-a-pessoa”, na qual o ator internacional desempenha o papel de facilitador; e a centralidade da construção de relacionamentos (Cull, 2010:12-13).

Muitos académicos entendem a diplomacia cultural como um componente da diplomacia pública (Goff, 2020), uma vez que coloca a ênfase no envolvimento com os públicos estrangeiros, ao invés de tentar simplesmente “vender” as mensagens que um ator pretende espalhar (Ociepka, 2018). Segundo Cull (2010), a diplomacia cultural pode ser definida como a tentativa de um ator de gerir o ambiente internacional, tornando os seus recursos e realizações culturais conhecidos no exterior e/ou facilitando a transmissão cultural no estrangeiro. Muitos dos estudos de diplomacia cultural partem do conceito de *soft power*, tal como a diplomacia pública, e concentraram-se na intervenção dos Estados e OIs como uma forma de monopolizar o poder através da cultura (Zamorano, 2016). Esta perspetiva encara a cultura como parte da política externa, sendo um dos meios de expressar o *soft power* na arena internacional (Ibid). Embora entendida como uma componente da NDP, o objetivo da diplomacia cultural é precisamente reduzir a distância cultural entre as nações (Ibid). Como forma relacional e potencialmente simétrica, a diplomacia cultural constrói uma plataforma para um melhor entendimento, ao mesmo tempo que contribui para a criação de uma esfera pública internacional (Ibid). As relações que resultam da participação em eventos culturais constroem uma esfera de diálogo, que é essencial para alcançar efeitos mutuamente benéficos. À medida que a própria diplomacia evolui para incluir mais atores da sociedade civil e se concentra mais em informação, comunicação, valores e ideias para construir pontes e forjar entendimentos, a diplomacia cultural começa a parecer sinónimo da própria diplomacia (Ibid).

Se no período pós-guerra a diplomacia pública dizia respeito às várias formas de relacionamento estabelecido entre os governos e os cidadãos no exterior, atualmente esta consiste no desenvolvimento de atividades comunicativas destinadas a gerar um interesse externo positivo em relação a um determinado ator (Zamorano, 2016:168). A única maneira de lidar com as questões globais contemporâneas será através da diplomacia pública e da estreita colaboração entre governos, OIs e indivíduos, essencialmente uma abordagem baseada no diálogo e no entendimento mútuo (Gilboa, 2008).

CAPÍTULO II

A Evolução da Diplomacia Pública da União Europeia antes e depois do Tratado de Lisboa

2.1. A Diplomacia Pública no Contexto Europeu

A DPUE tem sido o foco de análises académicas recentes, apesar de desafiadoras e ainda diminutas. Sendo a partilha de informações e a coordenação de ações e mensagens táticas de relevo na diplomacia pública, a sua análise no contexto europeu é dificultada pela complexa interação entre as instituições da UE e os seus Estados-membros (Dominguez et al., 2022). Deste modo, o estudo da DPUE inclui, para além da própria análise da diplomacia europeia (Baumler, 2019), o estudo do contexto das parcerias estratégicas (Ferreira-Pereira e Smith, 2021), as estratégias globais europeias (Chaban e Holland, 2019), as abordagens pós-estruturais (Sandrin e Hoffman, 2018) e, o foco da presente dissertação, o *soft power* através dos programas de educação (Lima Jr., 2007; Yang, 2015; Scott-Smith 2020; Bobotsi, 2021; Ferreira-Pereira e Pinto, 2021). Entendida como uma “polity in the making” (Fanoulis e Revelas, 2022), a política externa europeia comporta características específicas, nomeadamente a predominância da diplomacia técnica/setorial nas fases iniciais da entrada da UE no cenário mundial e a existência de múltiplos representantes, dependendo da questão e da respetiva atribuição de competências, combinada com o facto da representação variar consoante o fórum internacional em que a OI opera (Ibid). Embora estas características se refiram à diplomacia oficial, também detêm consequências relevantes para a diplomacia pública.

Como mencionado no capítulo antecedente, a diplomacia pública é definida como a forma como o governo de um Estado ou um ator transnacional e a sociedade se envolvem com os públicos externos, com o objetivo de melhorar a perceção dos públicos estrangeiros sobre aquele ator (Cross, 2013). Visa a influência indireta e estrutural internacionalmente, afetando os discursos políticos noutros Estados mas, acima de tudo, a sociedade civil destes (Rasmussen, 2009). Esta prática diplomática envolve três tipos principais de atividades: atividades de informação, que incluem a divulgação e gestão diária de notícias, bem como a comunicação estratégica de mensagens e imagens; atividades de pesquisa e análise, relacionadas com o conhecimento das atitudes do público-alvo; e atividades culturais e educativas, assentes no engajamento cultural e

educacional de forma a construir uma relação de familiaridade entre com os públicos alvo (Lynch, 2005; Cross, 2013). Algumas das OIs com adesão regional, como o caso da UE, entendem que a diplomacia pública é uma necessidade existencial, distinguindo-se das práticas de diplomacia pública levadas a cabo pelos Estados (Hocking, 2005). Segundo a própria Comissão Europeia: "(...) a diplomacia pública lida com a influência das atitudes públicas. Procura promover os interesses da UE compreendendo, informando e influenciando. Significa explicar claramente os objetivos, as políticas e as atividades da UE e fomentar a compreensão dos mesmos objetivos, através do diálogo com os cidadãos individuais, grupos, instituições e os meios de comunicação" (European Commission, 2007:13). O objetivo é, portanto, promover uma representação favorável da União nas mentes do público alvo estrangeiro, para que sejam recetivos e apoiem as suas políticas (Duke, 2013; Sandrin e Hoffman, 2018).

Recorrendo às informações provenientes da divisão de Comunicações Estratégicas do Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE), a menção do termo "diplomacia pública" fica clara, enquanto resposta concreta aos desafios globais que a organização enfrenta. Assim, "the EU's Public Diplomacy helps creating the spaces to hold global conversations addressing issues of common concern, fostering common understanding and laying the ground for global collaboration." (European External Action Service, 2022). A diplomacia pública constituiu-se como uma das prioridades estratégicas para a implementação da Estratégia Global da UE de 2016, tendo os Ministros dos Negócios Estrangeiros europeus reforçado a necessidade de juntar os esforços nesta área, dentro e fora da UE (Ibid). Foi desta forma que as bases para a DPUE se instalaram oficialmente.

De acordo com Fanoulis e Revelas (2022), a DPUE deve ser encarada como uma ferramenta diplomática que pode aumentar a legitimidade da gama de políticas externas da UE. A complexa ligação entre as dimensões interna e externa da DPUE é, de acordo com Yang (2015), melhor concebida como um processo de autoafirmação, em que mensagens específicas são dirigidas externamente, como parte da construção da identidade interna da União em curso. Desta forma, a diplomacia pública no contexto europeu pode ser utilizada para divulgar informações válidas, fiáveis e credíveis sobre as instituições da UE, as suas políticas e operações, confrontando campanhas de propaganda e desinformação provenientes de outros atores internacionais (Ibid). O próprio SEAE afirma que as iniciativas de DPUE contribuem para um conjunto de atividades de comunicação e divulgação, incluindo Comunicação Estratégica, Imprensa e Informação e a luta contra a desinformação (European External Action Service, 2022). Conceptualizada por autores,

tais como Rasmussen, como o “estabelecimento de uma identidade para a UE enquanto ator e sobre influenciar concepções estrangeiras de outros elementos discursivos, como democracia, direitos humanos, mudanças climáticas” (Rasmussen 2009:2), a DPUE tenta comunicar as virtudes do seu modelo de governança internacional e a sua forma de superar os dilemas diplomáticos do sistema de Estados de Vestefália, numa abordagem “bottom-up” da mudança internacional (Ibidem). Devido à natureza imprecisa da sua atuação geral, pelo tipo de ator que a UE deseja ser na cena internacional e pelo facto de ser um projeto em constante evolução, a diplomacia pública europeia é considerada complexa (Duke, 2013). Como tal, a União necessita de desenvolver uma diplomacia pública eficiente e fortalecer a sua influência além fronteiras (Yang, 2015). É, portanto, certo que as perceções externas sobre o impacto europeu não só influenciam o papel desta organização no mundo, como também moldam a construção da identidade interna, algo que impacta ainda mais a sua imagem e eficácia (Ibid).

Rasmussen (2009) enfatiza que o grande objetivo da União é ser capaz de estabelecer uma identidade incontestável enquanto ator com uma atuação não só regional, como também internacional. Ainda que a UE tente “comunicar numa só voz”, a cacofonia de vozes que se encontra no seu seio é precisamente o que torna este projeto único e capaz de se destacar internacionalmente (Rasmussen, 2009:9). E, de facto, há uma multiplicidade de esforços para coordenar as declarações dos diferentes membros, de modo a que haja uma certa direção comum nas declarações dos seus membros: “diversity is the EU brand” (Ibidem). De forma a construir uma atuação coerente, a UE tenta transmitir dois tipos de mensagens: uma focada no facto de ser uma entidade política diversa que, graças ao processo de integração, garantiu “uma lógica kantiana de anarquia entre os Estados europeus” (Ibidem), e outra focada no conjunto de mensagens, dedicado à comunicação da eficácia da UE enquanto ator externo (Ibidem). Aliás, Sandrin e Hoffman (2018) destacam no seu artigo as articulações narrativas através das quais a DPUE se tem feito sentir atualmente. A primeira articulação é a “UE como zona de paz, prosperidade e democracia”, fruto de um processo de integração que conseguiu deixar para trás um passado de guerras, totalitarismo e violações dos direitos humanos na Europa. A UE é, portanto, retratada tanto como meio quanto como resultado final. A segunda articulação é o lema “Unidos na Diversidade”, sendo que através do processo de integração desenvolveram-se valores e normas partilhadas, constituindo agora uma identidade e “essência” comum europeia que, no entanto, não apaga a diversidade no seio da União (Ibid). A terceira articulação é um corolário desta última, nomeadamente, que devido à sua história (o processo de integração) e ao seu estado

atual, a “UE é um modelo” para outros países, regiões e organizações (Ibid). Para concretizar estas narrativas, a organização recorre a duas abordagens diferentes. Primeiramente, o fornecimento de informação, que parece basear-se na percepção de que os públicos estrangeiros precisam de informações “neutras” sobre o que a constituição da União e das suas atividades (Rasmussen, 2009:15). Esta remete para a criticada abordagem de “facts and figures” à diplomacia pública, que está em processo de ser substituída por um foco em narrativas sobre as mensagens centrais e as ligações entre elas (Ibidem). A segunda abordagem recorre ao uso de publicações escritas, páginas da Web e discursos. Estas geralmente destacam os efeitos positivos das atividades da UE numa área de importância central (Ibidem).

Se, por um lado, académicos como Rasmussen parecem concordar que a multiplicidade de vozes dentro da UE pode ser um ponto benéfico na construção de uma diplomacia pública sólida, outros, tal como Duke (2013), encaram este fator como uma possível fraqueza. Exemplo disto é que os seus Estados-membros possuem os seus próprios programas de diplomacia pública, através dos quais procuram projetar as suas identidades e mensagens nacionais de acordo com as prioridades políticas internas. Ademais, a atuação maioritariamente interna da UE no âmbito da diplomacia pública parece ser um fator complicador no que diz respeito à construção de uma imagem consistente. Isto é, os aspetos internos da diplomacia pública fazem parte da construção da identidade e narrativas europeias que, por sua vez, são empregues externamente e tal nem sempre se coaduna com o ambiente internacional (Ibid). A legitimidade da construção da identidade interna, a aceitação de normas e o consenso em torno da narrativa contribuem para determinar a própria legitimidade da diplomacia pública externa da UE (Ibid). Duke menciona ainda que a diplomacia pública de cada Estado-membro colide, por vezes, com os esforços da União em si, tornando a DPUE descentralizada e fragmentada (Ibid).

À semelhança de Rasmussen, Yifan Yang (2015) defende que, externamente, o papel da UE depende das suas atividades de âmbito internacional e do impacto que estas têm. O autor interliga também a DPUE aos programas educacionais, tais como o Programa Erasmus+. Este acrescenta uma importante reflexão sobre os principais critérios para avaliar a DPUE. Primeiramente, ouvir é um começo; a credibilidade é um requisito básico; a diplomacia pública deve ser local; a diplomacia pública visa influenciar as percepções externas; e, por último, a diplomacia pública deve estar conectada com a política (Ibid). Estes pontos são relevantes, particularmente quando se trata dos programas educacionais e da sua ligação intrínseca à sociedade civil. Anna Michalski (2005)

subscreve o que autores referidos anteriormente afirmam, particularmente a duplicidade das dimensões da DPUE: uma relacionada com a audiência interna e outra voltada para países terceiros. A autora não descarta a importância da componente normativa como fonte para legitimar o *soft power* da UE, mas refere, à semelhança de Duke, que a sua legitimidade pública depende do apoio da sociedade civil e dos cidadãos europeus, especialmente no que se refere à sua capacidade de falar numa só voz a nível mundial (Michalski, 2005).

2.2. O Tratado de Lisboa e as Implicações na DPUE

Na sua generalidade, as modalidades da diplomacia tradicional e pública da UE complementam-se na prossecução dos objetivos estratégicos de transformação da delineados na Estratégia Europeia de Segurança (EES) de 2003 (Michalski, 2005; Rasmussen, 2009). Mais concretamente no capítulo “Policy Implications for Europe” da EES, fica explícito esta ideia: “More active in pursuing our strategic objectives. (...) We need to develop a strategic culture that fosters early, rapid and when necessary, robust intervention” (Council of the European Union, 2003:13). Internamente, a diplomacia pública europeia visa, na sua maioria, os públicos estrangeiros, ainda que a UE esteja encarregue de promover a formação e o desenvolvimento de uma identidade europeia através da comunicação direta com os cidadãos europeus (Yang, 2015). A nível externo, o papel da UE depende das atividades de índole internacional e do seu impacto e visibilidade, mais especificamente “o que a UE faz” e “o que os cidadãos estrangeiros veem” (Ibid). Deste modo, a DPUE está intimamente ligada à sua comunicação interna, devido à necessidade de legitimar a sua existência e políticas, tanto interna como externamente (Ibid). A União deve ter em conta os esforços distintos de diplomacia pública de todos os seus Estados-membros, pelo que a comunicação interna europeia também deve ser vista como uma forma de coordenação, pois destina-se a convencer o público interno das mensagens de comunicação externa, para que os Estados e outros atores europeus alinhem as mensagens transmitidas pelas suas próprias atividades àquelas da União (Ibid). A abordagem geral europeia para influenciar o público estrangeiro consiste em delegar as tarefas aos órgãos competentes, ocorrendo a coordenação central (via Comissão Europeia) apenas a nível estratégico (Ibid). A projeção global da UE depende, portanto, da promoção de uma imagem exemplar, baseada no pressuposto de que os parceiros externos desejam simular os seus princípios, ideia esta sustentada claramente pelo conceito de *soft power* (Duke, 2013).

A DPUE anterior ao Tratado de Lisboa era extremamente fragmentada e carecia de coordenação horizontal entre as instituições envolvidas na sua prática (Duke, 2013; Yang, 2015). A constituição de pilares na estrutura política europeia, das quais a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) era uma delas, significava que a diplomacia pública era conduzida pelo Secretariado do Conselho da UE e pela Comissão Europeia com graus variáveis de conectividade (Duke, 2013). Do lado da Comissão, a diplomacia pública assentava fortemente no fornecimento de ‘informação’ tanto aos cidadãos da UE como a um público global mais vasto, com o objetivo de explorar opções e explicar escolhas políticas para promover a integração (Fanoulis e Revelas, 2022). O principal veículo (passivo) para isso foi a rede de Centros de Informação da UE (EU-i), estabelecida pela primeira vez na década de 1960 (Ibid). Estes centros começaram inicialmente sob a égide da Direção-Geral (DG) Comunicações da Comissão Europeia, mas a responsabilidade pelos aspetos das relações externas foi transferida para a Direção-Geral das Relações Externas da Comissão Europeia (DG RELEX), que abrangia a denominada “família” RELEX (Ibid). A diplomacia pública dentro da RELEX era coordenada através do Comité de Informação (RIC). A Comissão tinha uma segunda função, igualmente importante, que consistia em assegurar que as comunicações das delegações a terceiros refletissem as opiniões da Comissão no seu conjunto e não apenas as da DG RELEX (Ibid). Apesar do papel positivo do RIC, o esforço geral de diplomacia pública da Comissão foi desarticulado. Como consequência, surgiram três desafios centrais: a falta de dispositivos horizontais para interligar a diplomacia pública nas instituições da UE, incluindo a Comissão, o Secretariado do Conselho e também o Parlamento Europeu (Ibid); a ênfase nos recursos comunitários para a diplomacia pública conduziu a uma situação previsível em que os aspetos de política externa e de segurança tinham poucos recursos, acabando prejudicados na sua capacidade de apresentar estes aspetos críticos, enquanto a Comissão detinha o grosso dos recursos, ainda que se tenha concentrado nos aspetos comunitários (Ibid); e em terceiro, a aparente ausência de um quadro geral no qual se localiza a diplomacia pública externa da UE gerou confusão quanto aos principais objetivos da diplomacia pública da organização (Ibid).

No período pré-2009, o papel diplomático das delegações estava estritamente limitado às áreas de competência da Comissão e a sua influência no corpo diplomático europeu era, portanto, baixa (Thépaut, 2011). O seu trabalho concentrava-se na divulgação dos meios de comunicação social, distribuição de informação e brochuras, programas de visitaçào, estágios, palestras e eventos culturais (Cross e La Porte, 2017). Na sequência dos resultados negativos dos referendos do Tratado Constitucional em França e nos Países Baixos em 2005, a necessidade de explicar as

escolhas políticas aos cidadãos da UE tornou-se politicamente ainda mais premente (Fanoulis e Revelas, 2022). Esclarecer a lógica e o conteúdo das políticas europeias foi considerado um empreendimento essencial, se não existencial, para as instituições da UE e, como tal, a então Vice-Presidente da Comissão, Margot Wallström, foi incumbida de desenhar uma estratégia de comunicação como prioridade política, para chegar aos cidadãos no contexto mais amplo da democratização da governação da UE (Ibid). Wallström foi ainda uma das primeiras figuras europeias a recorrer ao uso da expressão “diplomacia pública” no sentido relacionado à política externa europeia, enfatizando o seu papel nas relações externas e destacando a escuta, a credibilidade e os valores como fatores importantes para o sucesso dos esforços de comunicação da UE em países terceiros (Wallström, 2008). Tal ideia fica patente na seguinte frase: “We Europeans believe that public diplomacy plays a special role in the external relations of the European Union.” (Wallström, 2008:1).

Com a adoção oficial do Tratado de Lisboa a 1 de dezembro de 2009, a DPUE deixou de ser conduzida exclusivamente pelo Secretariado do Conselho e pela Comissão, passando a estar também sob a alçada do Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e do SEAE (adotado oficialmente a 26 de julho de 2010, fruto da Decisão do Conselho) (Varrenti, 2010; Barton e Quinn, 2011; Melissen, 2011; Duke, 2013; Schmidt, 2014; Sandrin e Hoffman, 2018; Fanoulis e Revelas, 2022). O papel de indivíduos como os líderes políticos, os presidentes da UE e, em particular, o Alto Representante devem igualmente ser reforçados, uma vez que podem atuar como «transmissores» da DPUE. No caso de atores políticos, como líderes e ministros de Estados-membros, estes podem ser considerados como transmissores da DPUE quando falam em nome da organização, tentando promover os seus interesses, valores, normas e princípios fundamentais para públicos estrangeiros (Fanoulis e Revelas, 2022). Como mencionado acima, o Alto Representante é um importante transmissor da diplomacia pública europeia, devido às suas reuniões com as partes interessadas na política interna (Ibid).

O advento do SEAE prometia ligar a comunicação estratégica, a diplomacia pública e o envolvimento das partes interessadas (Courtier, 2011; Duke, 2013). Ainda que durante as negociações aquando a sua instituição existisse um ponto de discórdia quanto ao estatuto do SEAE, este acabou por seguir a lógica defendida pelos Estados-membros, ou seja, a criação de um órgão funcionalmente autónomo separado do Conselho e da Comissão (Bergmüller, 2011). Este serviço fornece liderança de pensamento interno, coordenando os esforços de diplomacia pública de todas as delegações em países terceiros da UE e fornecendo orientações gerais, numa estrutura

integrada sob a autoridade do Alto Representante (Courtier, 2011; La Porte, 2011; Schmidt, 2014). Proporciona ainda à UE um serviço composto de forma inovadora por funcionários da Comissão, do Secretariado-Geral do Conselho, bem como por diplomatas dos Estados-membros (Courtier, 2011; Marteaux, 2011). Esta nova arquitetura de política externa, ao simplificar a ação externa da UE, cria uma oportunidade real para moldar uma diplomacia a nível europeu bem-sucedida (Ibid).

O Tratado de Lisboa concedeu à UE os recursos e instituições necessários para construir a sua reputação como ator diplomático (Barton e Quinn, 2011). Este documento veio reforçar a ideia de envolvimento ativo dos cidadãos no processo de integração europeia, conferindo-lhes a possibilidade de se expressarem e partilharem publicamente os seus pontos de vista sobre todos os domínios de ação da União; e ainda, através da Iniciativa de Cidadania Europeia, a possibilidade de convidarem a Comissão a apresentar propostas sobre matérias que eles próprios considerem necessário, bastando para isso que reúnem o apoio de um milhão de concidadãos da UE (Leitão e Valente, 2018).

A nível macro, a política externa europeia tem sofrido como resultado da multiplicidade de intervenientes que representam a organização em questões de política externa ou pela natureza geralmente dispersa e incoerente das suas relações externas, pelo que através das mudanças trazidas por este documento a UE pôde, numa perspetiva ascendente, estabelecer uma política externa mais unificada devido à partilha de pessoal, recursos e instituições (Barton e Quinn, 2011). A coordenação mais importante a nível estratégico ocorria entre o Secretariado do Conselho e o Alto Representante, em consonância com a DG RELEX (Rasmussen, 2009). Contudo o Tratado de Lisboa trouxe uma importante modificação neste sentido: o advento das delegações da UE, na sequência da atribuição de personalidade jurídica à organização (Duke, 2013:20). Anteriormente, as delegações representavam apenas as áreas de ação externa representadas pela Comissão. De modo geral, os elementos estratégicos da diplomacia e os esforços de informação nas relações externas são coordenados através da Comissão Europeia (Ibidem). A comunicação institucional desenvolvida sob a sua alçada visa as delegações dos seus Estados-membros e, conseqüentemente, todos os cidadãos europeus. Por sua vez, a execução efetiva e técnica da DPUE é coordenada pelas cerca de 140 delegações ao abrigo do SEAE, que atuam como “Embaixadas” da UE em Estados terceiros (Duke, 2013:24). Neste âmbito, é importante que as mensagens específicas de cada delegação do SEAE estejam alinhadas com as mensagens globais que a União pretende comunicar (Duke, 2013; Cross e La Porte, 2017; Fanoulis e Revelas, 2022).

Importante reforçar que o Conselho de Ministros tem sido tradicionalmente considerado o fórum diplomático multilateral mais importante da UE (Heidener, 2011). São importantes as negociações no âmbito do Comité de Representantes Permanentes (COREPER), sendo que, composto por diplomatas dos Estados-membros, desempenha um papel essencial na coordenação das políticas dos países a nível da União (Ibid). Antes que qualquer legislação seja promulgada, ela é discutida na formação relevante do Conselho. No entanto, grande parte do trabalho do Conselho ocorre abaixo do nível ministerial entre diplomatas dos Estados-membros da UE (Ibid). Dado que quase todos os pontos da ordem do dia do Conselho passam pelo COREPER, esta parte da hierarquia do Conselho merece uma atenção especial. De acordo com o artigo 19.º do Regulamento do Conselho, “compete ao COREPER preparar os trabalhos do Conselho e executar os mandatos que lhe são conferidos por este” (Secretariado-Geral do Conselho, 2016:17). À medida que o âmbito da UE se alargou e se aprofundou, o mesmo aconteceu com as tarefas do COREPER, que gradualmente assumiu competências legislativas de facto (Heidener, 2011). Este tem o potencial de socializar diplomatas para que se tornem atores com ideias semelhantes que negociam entre si numa atmosfera deliberativa caracterizada pela confiança mútua e vontade de compromisso (Ibid).

2.3. Instrumentos e Táticas da DPUE

No que diz respeito aos instrumentos, ferramentas e canais utilizados pela UE para implementar a sua diplomacia pública, é possível encontrar toda uma panóplia em diferentes setores e em vários níveis. Esta desenvolve uma multiplicidade de iniciativas de índole global, regional e local, cujo objetivo é melhorar a compreensão mútua entre os cidadãos europeus e os cidadãos de todo o mundo e reforçar os laços e a cooperação entre a UE e o mundo (European External Action Service, 2022). A nível global, destacam-se iniciativas como a *Cultural Relations Platform*, o *EU Visitors Programme*, o *EU Alumni Engagement Initiative* e, ainda, iniciativas de diplomacia pública renomadas, tais como as exposições mundiais, como foi o caso da *World EXPO2020* (Ibid). A nível regional, evidenciam-se o programa *Young European Ambassadors* e o *Young Mediterranean Voices*, ambos focados na importância do público jovem em contribuir para o diálogo intercultural (Ibid). Por fim, existem as iniciativas locais (mencionadas no ponto 3.5.), organizadas maioritariamente pelas delegações da UE.

Além destas ferramentas tradicionais de diplomacia pública, como eventos, conferências, exposições e festivais culturais, as delegações da UE e o Parlamento Europeu também empregam cada vez mais ferramentas digitais, apostando nas redes sociais e ainda em canais de televisão próprios (Euronews) (La Porte, 2011; Duke, 2013; Fanoulis e Revelas, 2022). Já no âmbito das missões ou operações da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), a DPUE faz-se sentir através de atividades de comunicação relativas à sua ação específica (Fanoulis e Revelas, 2022). Uma forma complementar é encontrada no financiamento de projetos realizados por atores estrangeiros da sociedade civil (Rasmussen, 2009). Por conseguinte, a UE apoia projetos que visam diretamente os pontos nodais que constituem uma prioridade para a sua diplomacia pública (Ibid). Em segundo lugar, projetos destinados a fortalecer as organizações da sociedade civil em terceiros países para que tenham maior influência discursiva (Ibid). Por fim, esforços de comunicação de projetos de desenvolvimento "puros" voltados para a mudança da realidade material. Estes permitem a promoção de uma identidade da UE como ator eficiente e capaz de fazer a diferença na sua cooperação para o desenvolvimento (Ibid). No domínio da cultura, que é uma prerrogativa dos Estados-membros, tem havido esforços recentes que podem ser considerados elementos da DPUE, com o lançamento da Plataforma de Diplomacia Cultural (Knight, 2015) e a recente criação de uma rede de institutos nacionais de cultura (EUNIC). Estas ações estão associadas e decorrem da *Joint Communication Culture – Towards an EU strategy for International Cultural Relations*, lançada pela Comissão Europeia e pelo Alto Representante em 2016 (European Commission, 2016).

Uma área importante da diplomacia pública e que visa a promoção da identidade europeia recorrendo ao contacto direto com a sociedade civil é a educação, com programas como o intercâmbio de estudantes e investigadores, as redes Cátedras Jean Monnet e Centros de Excelência e Documentação, e instituições colaborativas, tais como a Fundação Ásia-Europa e a Fundação UE-América Latina e Caraíbas (Lynch, 2005; Rasmussen, 2009). De modo particular, a UE reforçou o seu perfil nesta área com o lançamento do Programa Erasmus+ (Ibid). Os aspetos mais importantes desta iniciativa são o reconhecimento e validação de competências e qualificações, a divulgação e exploração de resultados dos projetos, o livre acesso a materiais, documentos e suportes educativos produzidos no âmbito do Programa Erasmus+, a participação de países fora do mesmo, o multilinguismo, a igualdade e inclusão e proteção e a segurança dos participantes (Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação & Agência Nacional Erasmus+ Juventude em Ação, 2018). Um dos objetivos declarados do mesmo é contribuir para o reforço

das aspirações da organização como protagonista da cena internacional. Este também procura dissipar mal-entendidos sobre a Europa e melhorar a compreensão mútua, visando em particular os jovens (Lynch, 2005; Rasmussen, 2009). O intercâmbio de estudantes é, assim, um exemplo óbvio de onde as iniciativas da UE e dos seus Estados-membros se sobrepõem, uma vez que os objetivos de promover o intercâmbio académico entre os membros e os não membros são idênticos (Rasmussen, 2009).

Como se pode entender pelas informações mencionadas, os atores envolvidos na conceção e condução da DPUE, sejam eles provenientes de instituições da UE ou de Estados-membros, são substancialmente diversos (Fanoulis e Revelas, 2022). As ferramentas e canais de diplomacia pública usados por esses atores também apresentam uma grande variação, não existindo relações padronizadas entre os atores da DPUE e as ferramentas, instrumentos ou canais utilizados (Ibid). No entanto e, de acordo com Fanoulis e Revelas (Ibid), existem certos padrões que são reconhecíveis na prática diplomática da UE: a comunicação geral sobre a UE é feita por todos os atores da OI e, idealmente, também pelos Estados-membros; os serviços e agências da Comissão lidam principalmente com as políticas da UE e dirigem-se à sociedade civil de países terceiros e a multiplicadores internacionais; os comunicados do Conselho abordam, maioritariamente, questões atuais para captar a atenção dos média (Ibid). Através dos órgãos europeus e das atividades desenvolvidas, é possível aumentar a consciência no mundo sobre o que a UE é e o que faz. O objetivo adicional é facilitar as relações entre indivíduos e instituições com parceiros de fora da UE, a fim de criar estruturas para uma maior interação (La Porte, 2011). Recorrendo à Estratégia Global da UE de 2016, as intenções europeias tornam-se explícitas: “The EU will enhance its strategic communications, investing in and joining up public diplomacy across different fields, in order to connect EU foreign policy with citizens and better communicate it to our partners. We will improve the consistency and speed of messaging on our principles and actions. We will also offer rapid, factual rebuttals of disinformation. We will continue fostering an open and inquiring media environment within and beyond the EU, also working with local players and through social media.” (European External Action Service, 2016:23).

Uma crítica geral à diplomacia da UE, e em particular à sua diplomacia pública, é a falta de consistência devido à multiplicidade de atores envolvidos, levando os observadores a apelar a um melhor planeamento estratégico da DPUE e a mudanças estruturais para permitir que esta fale numa voz (Rasmussen, 2009). O problema desta questão é que a mensagem básica da validade universal e aplicabilidade da experiência da UE contradiz os factos locais noutras partes do mundo.

A identidade da União é, portanto, incompatível com a realidade que, por vezes, se encontra no estrangeiro (Ibid). Ademais, as próprias atividades diplomáticas da UE são fragmentadas (Lynch, 2005). Na Comissão, as múltiplas rubricas orçamentais para cada DG, associadas a diferentes normas e cadeias de comando, tornam impossível a tarefa de coordenação sem uma estrutura específica (Ibid). A UE não tem uma estrutura horizontal para coordenar as atividades de diplomacia pública em três pontos: a) entre a Comissão, o Conselho e o Parlamento Europeu; b) entre as delegações da Comissão; c) entre Bruxelas e as delegações da Comissão (Ibid).

A UE deve reconhecer que ideias e perceções podem ser importantes na criação de um clima favorável ou incapacitante para a política externa europeia (Lynch, 2005). Neste sentido, pode-se reforçar que a diplomacia pública deve ser vista como um multiplicador de forças – ou seja, como uma política que tem impacto positivo em vários níveis (Ibid). É necessária uma estratégia para fornecer uma estrutura de coordenação para a condução e o conteúdo das atividades de diplomacia pública. Essa estratégia deve definir princípios orientadores e objetivos para os esforços de um ator (Ibid). Sendo uma associação de múltiplos Estados-membros, é expectável que cada integrante da UE tenha a sua própria reputação no estrangeiro e, mesmo, a sua própria diplomacia pública (Lynch, 2005). A propósito e, de acordo com Gouveia e Plumridge (2005), os Estados-membros da UE estão entre os mais experientes do mundo na condução da diplomacia pública e das relações culturais. Por conseguinte, a DPUE deve de alguma forma combinar os esforços dos Estados-membros e da própria OI, de forma harmoniosa, para garantir a sua complementaridade.

CAPÍTULO III

O Programa Erasmus+ (2014-2020) como Ferramenta de Diplomacia Pública

3.1. A Mobilidade Académica na Europa

A mobilidade académica e o ensino superior, enquanto métodos capazes de influenciar as relações futuras via cooptação e cooperação, têm vindo a ser utilizados como ferramentas de política externa, recorrendo a metodologias de *soft power* e de diplomacia pública (Jones, 2010). Inicialmente as ações da UE na área do ensino superior visavam exclusivamente as instituições de ensino superior dos Estados-membros da UE, com o objetivo de contribuir para o bom funcionamento do mercado interno. Ao longo do tempo, a UE foi desenvolvendo atividades externas, que vão desde a externalização de políticas e programas de ensino superior originalmente internos até políticas, programas e diálogos externos específicos (Gerards, Schunz e Damro, 2021).

Espera-se que os programas de intercâmbio internacional visem cumprir determinados objetivos políticos, como a promoção da paz, a geração de entendimento mútuo, integração regional ou desenvolvimento internacional (Lima Jr., 2007). Como um bem público legítimo e valorizado, tanto a partir do desenvolvimento a nível estatal, bem como de uma perspetiva individual e social, o ensino superior é gerador de *soft power* e, portanto, capaz de impulsionar a política externa da UE (Jones, 2010). Neste sentido, alguns observadores já conectaram a dinâmica de *soft power* com "a capacidade da União Europeia de educar estudantes estrangeiros, definir normas constitucionais globais e angariar seguidores em todo o mundo para realizações atléticas" (Moravcsik, 2017:3). À semelhança do que Ferreira-Pereira e Mourato Pinto (Ibid) reforçam, os efeitos das sinergias entre o Programa Erasmus+ e a ação externa da UE, em particular o impacto inerente de diplomacia pública nas relações com países terceiros, ainda não receberam atenção significativa da literatura europeia (Ibid). Poucos são os trabalhos que apontam a importância do Programa Erasmus+ como ferramenta da DPUE.

Desde a sua criação em 1987, o programa *European Action Scheme for the Mobility of Students* (Erasmus) cresceu e tornou-se o maior programa de intercâmbio internacional e um símbolo tangível da visão da UE, tendo, através do chamado 'efeito Erasmus', contribuído significativamente para a socialização dos Estados-membros e parceiros e para o reforço de uma Europa sem fronteiras (Leitão e Valente, 2018; Tostes e Silva, 2019; Ferreira-Pereira e Mourato

Pinto, 2021). Podendo ser considerado uma atualização do Programa Erasmus, o Erasmus+ (2014-2020) sublinha o papel normativo que a UE desempenha na garantia da paz e da prosperidade globais, através do reforço de parcerias multilaterais e da defesa dos Direitos Humanos, da democracia e do Estado de Direito (Lima Jr., 2007; Parlement, 2016; FerreiraPereira e Mourato Pinto, 2021). Esta iniciativa foi criada para reunir vários programas diferentes e, desta forma, aumentar sinergias, eficiência e simplificação e tornar as ações da UE mais visíveis e atrativas, reforçando indiscutivelmente o valor acrescentado que forneceu não só a esta OI como também aos cidadãos que dela usufruem (Bobotsi, 2021).

3.2. O Nascimento do Programa Erasmus

A década de 80 viu a UE reforçar a necessidade de um maior envolvimento juvenil nas suas políticas. Como tal, a Comissão Europeia publicou, em 1985, a sua proposta sobre o Programa Erasmus, apoiado por instituições europeias, como o Parlamento Europeu e o Comité Económico e Social. Em maio de 1987, em Bruxelas, os Ministros da Educação do então Conselho da Comunidade Europeia concordaram em adotar oficialmente o Programa Erasmus, que entrou em vigor a 1 de julho de 1987 (Cunha e Santos, 2017). Este período permitiu que se começasse a considerar as universidades como um meio para a criação de uma identidade europeia mais forte, recorrendo à mobilidade estudantil como um instrumento para alcançar esse objetivo (Ibid). A evolução relativa à oportunidade de envolvimento externo no âmbito da educação coincidiu com as fases mais prolíficas da expansão do acervo da UE, criando assim fortes janelas de oportunidade para a estabilização da sua política estrutural (Gerards, Schunzi e Damro, 2021).

O esforço conjunto dos países europeus proporcionou a aprovação de tratados que se tornaram marcos regulatórios importantes para o desenvolvimento da mobilidade académica na Europa, especialmente a Declaração de Bolonha (1999) e a Estratégia de Lisboa (2000) (SetteCâmara e Pinto, 2021). A Declaração de Bolonha, assinada em junho de 1999, estabeleceu uma estrutura unificada de programas académicos e o reconhecimento de diplomas, criando o Espaço Europeu de Ensino Superior (Ibid). O Processo de Bolonha enfatizou a necessidade de tornar a educação europeia mais competitiva e com garantia de qualidade no desenvolvimento de critérios e metodologias comparáveis (Jones, 2010), que se espelham no próprio Programa Erasmus+. Por sua vez, a Estratégia de Lisboa aprovada pelo Conselho Europeu, em março de

2000, enfatizou a visão de que a UE devia aspirar a tornar-se numa economia baseada na educação e no conhecimento, mais competitiva e dinâmica, capaz de um crescimento económico sustentável e uma maior coesão social (Ibid).

Desde o seu nascimento, o Programa Erasmus tem ganho um peso cada vez mais importante no seio da dimensão educativa da UE, mas também na construção de uma imagem europeia positiva entre todos os cidadãos que se reveem neste projeto, tornando-se um “programa emblemático e um símbolo tangível da sua visão para o país europeu” (Ferreira-Pereira e Mourato Pinto, 2021:5).

3.3. O Programa Erasmus+: Origem e Propósito

Em 2014 e mediante a pressão da Iniciativa de Cidadania Europeia *Fraternité*, cujo objetivo era aumentar o impacto dos programas de intercâmbio na UE, o Programa Erasmus foi sucedido pelo Programa Erasmus+ (Leitão e Valente, 2018), que se baseia nas realizações de mais de 25 anos de programas europeus nos domínios da educação, formação e juventude, abrangendo tanto uma dimensão intraeuropeia como uma dimensão de cooperação internacional (European Commission, 2014). O seu nascimento resulta, assim, da integração dos programas europeus executados pela Comissão durante o período de 2007-2013: Tempus, Erasmus Mundus, Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida, Edulink, Alfa e Juventude em Ação (European Commission, 2014; Gospodinov e Marinov, 2015; Perilli, 2017; Leitão e Valente, 2018; Zaytseva, 2021). Constituído para o ciclo de 2014-2020, o Programa Erasmus+ passou a integrar os programas de intercâmbio para estudantes do ensino superior e não superior, ensino profissional e educação de adultos, dispondo de um orçamento global de €14,700 milhões para atribuir bolsas de estudos, formação e estágio a cerca de quatro milhões de jovens de todos os níveis de ensino, assim como a professores, formadores, desportistas e animadores de juventude (Leitão e Valente, 2018). Também através do orçamento de ação externa da UE, foram disponibilizados €1,68 milhões para financiar ações com países terceiros (Gospodinov e Marinov, 2015).

O propósito do Programa Erasmus+ está em proporcionar a oportunidade de adquirir competências e ter um desenvolvimento pessoal, socioeducativo e profissional através de estudos, formação, experiências de trabalho ou voluntariado no estrangeiro em todo o mundo (Zaytseva, 2021). De acordo com a terceira versão do Guia do Programa Erasmus+ de 2014, pretendia-se:

combater os níveis crescentes de desemprego; desenvolver o capital social e o empoderamento entre os jovens; e promover reformas sistémicas nos países participantes nos moldes acordados a nível da UE (European Commission, 2014:9). Já a versão de 2017 deste guia reforça que o Programa “pretende ir mais além, fomentando sinergias e o enriquecimento mútuo entre os diferentes domínios da educação, da formação e da juventude, promovendo novas ideias, atraindo novos intervenientes do mundo do trabalho e da sociedade civil e estimulando novas formas de cooperação” (European Commission, 2017a:6). Fica explícito no site (oficial) português do Programa Erasmus+ que os setores da educação, formação, juventude e desporto permitem dar uma contribuição relevante para ajudar a enfrentar as mudanças socioeconómicas e os principais desafios que a Europa terá de enfrentar até ao final da década, assim como apoiar a execução da Estratégia Europa 2020⁸ para o crescimento, o emprego, a justiça social e a inclusão (Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação & Agência Nacional Erasmus+ Juventude em Ação, 2018).

Entre os programas agrupados no Programa Erasmus+ destacam-se: o próprio Erasmus; o Leonardo da Vinci, destinado à formação de profissionais na área da educação; o Comenius, que visa melhorar a qualidade da educação primária e secundária; o Grundtvig, que tem como propósito melhorar a qualidade da educação para adultos; o programa Jean Monnet, que fomenta pesquisas sobre a integração europeia; o Erasmus Mundus, que promove o intercâmbio e a cooperação académica entre a UE e os outros países do mundo; e ainda outros programas do área de educação, formação, juventude e desportos (Comissão Europeia, Direção-Geral da Educação, da Juventude, do Desporto e da Cultura, 2017; Tostes e Silva, 2019; Sette-Câmara e Pinto, 2021).

Para atingir os seus objetivos, o Programa Erasmus+ tem implementado as seguintes ações-chave: a primeira (Ação-Chave 1), voltada para a mobilidade de indivíduos; a segunda (Ação-Chave 2), focada na cooperação para a inovação e intercâmbio de boas práticas; e a terceira (Ação-Chave 3), referente ao apoio à reforma da política (European Commission, 2014). No domínio do ensino superior, o Programa Erasmus+ tem apoiado as seguintes ações principais que apontam para a cooperação com os países parceiros: mobilidade internacional de créditos de indivíduos e Mestrados Conjuntos Erasmus Mundus (no âmbito da Ação-Chave 1), promovendo a mobilidade de alunos e funcionários de e para os países parceiros; projetos de capacitação no ensino superior (no âmbito da Ação-Chave 2), que fomentem as parcerias com impacto na modernização e

⁸ A Europa 2020 é a estratégia da UE para os próximos 10 anos, tendo em vista o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo (Comissão Europeia, 2020). Para concretizar este objetivo, foram definidas cinco metas no domínio do emprego, da investigação e inovação, das alterações climáticas e sustentabilidade energética, da educação e da luta contra a pobreza e a exclusão social (Ibid).

internacionalização das instituições e sistemas de ensino superior nos países parceiros; e o apoio ao diálogo político (no âmbito da ação-chave 3), através da rede de especialistas em reforma do ensino superior em países vizinhos da UE (European Commission, 2014).

A Comissão Europeia é a responsável final pela gestão do Programa Erasmus+. Gere o orçamento (a par da Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura) e estabelece prioridades, metas e critérios para o Programa de forma contínua (European Commission, 2014). A Comissão detém também a responsabilidade geral pela supervisão e coordenação das estruturas responsáveis pela implementação do Programa a nível nacional (Ibid). A nível europeu, a Agência Executiva da Educação, do Audiovisual e da Cultura da Comissão Europeia (denominada Agência Executiva) é responsável pela implementação das ações centralizadas do mesmo, sendo responsável pela gestão completa do ciclo de vida dos projetos (Ibid). No que diz respeito à implementação do Programa Erasmus+, esta é maioritariamente realizada como gestão indireta, o que significa que a Comissão confia as tarefas de execução orçamental às Agências Nacionais Erasmus+ (Ibid). A lógica desta abordagem é aproximar o Programa dos seus beneficiários e adaptar-se à diversidade dos sistemas nacionais de educação, formação e juventude. Para este efeito, cada país parceiro do Programa nomeou uma ou mais Agências Nacionais (Ibid). Estas agências promovem e implementam o Programa a nível nacional e atuam como elo de ligação entre a Comissão e as organizações participantes a nível local, regional e nacional (Ibid). Cada Agência Nacional trabalha diretamente com a Direção-Geral Educação, Juventude, Desporto e Cultura (DG EAC), o respetivo Ministério da Educação nacional e todas as instituições de ensino superior participantes existentes no país em questão, agindo como uma ponte entre os níveis local, nacional e supranacional (Ferreira-Pereira e Mourato Pinto, 2021). A abordagem de apoio das Agências Nacionais visa orientar os beneficiários do Programa Erasmus+ em todas as fases, desde o primeiro contacto com esta iniciativa, passando pelo processo de candidatura até à realização do projeto e avaliação final (European Commission, 2014).

3.4. O Impacto do Programa Erasmus+ na UE

O Programa surgiu como uma estratégia com objetivos associados à promoção de uma formação comunitária variada e internacionalizada, garantida pela atuação empenhada da Comissão em recorrer a políticas educacionais para promover o senso de identidade europeia (Tostes e Silva, 2019). Se inicialmente "as ações da UE na área do ensino superior visavam

exclusivamente as instituições de ensino superior dos Estados-membros da UE, com o objetivo de contribuir para o bom funcionamento do mercado interno" (Wulk, 2015:193), atualmente a UE desenvolve atividades externas, que vão desde a externalização de políticas e programas de ensino superior originalmente internos até políticas, programas e diálogos externos específicos (Ibid). Enquanto "um programa de pessoas para pessoas" (Cunha e Santos, 2017:30), o Programa Erasmus+ é uma das iniciativas com mais impacto e sucesso na UE, não só porque criou várias oportunidades para os estudantes, como também implicou, ainda que indiretamente, o desenvolvimento da sociedade europeia a nível da aprendizagem, descoberta e diálogo intercultural entre europeus (Ibidem). Tal como afirmam Tostes e Silva, não há como negar que o "Erasmus tornou-se mais que uma política educacional, virou uma marca, um símbolo da UE" (Tostes e Silva, 2019:8).

A iniciativa Erasmus+ apresenta dois grandes objetivos, um cultural e um económico. Relativamente à questão cultural, o programa visa promover a integração europeia e a partilha de valores europeus, sendo que a propagação de ideais e o fomento de encontros culturais e educacionais permitem a consolidação da integração europeia (Tostes e Silva, 2019). Por sua vez, o objetivo económico refere-se à formação de uma força de trabalho competitiva e capacitada, estando, por isso, preparada para ingressar no mercado de trabalho e manter a inovação e a competitividade europeia (Cunha e Santos, 2017). Por conseguinte, este programa de mobilidade não só serve como uma fonte de consolidação do projeto europeu, mas também surge como uma oportunidade de interligar ainda mais a UE às camadas mais jovens e dinâmicas da sociedade civil. As finalidades do Programa têm sido alteradas ao longo da sua narrativa histórica, contemplando a criação de uma consciência europeia, o fomento de um mercado laboral europeu, a possibilidade de transferência de competências e de tecnologias dentro da Europa, dinamizando, assim, a economia; e ajuda aos estudantes, de modo a adquirir aptidões sociais, tais como a independência e o respeito intercultural, e a melhoraria das competências linguísticas e profissionais (Ibid).

Segundo os autores Ana Paula Balthazar e Lucca Viersa Silva (2019), o Programa Erasmus+ gerou um duplo impacto na integração europeia, nomeadamente na internacionalização da educação e na consolidação dos valores comuns e da identidade europeia, associada também a uma estratégia que permitiu aumentar a visibilidade da UE e das suas políticas. Pode-se, portanto, afirmar que o Programa funciona como um instrumento de diplomacia pública extremamente

relevante, uma vez que poderá influenciar a opinião pública de cada Estado-membro e possibilitar um estreitamento do relacionamento da UE com os seus cidadãos.

3.5. O Programa Erasmus+ enquanto marca da DPUE

Como evidenciado anteriormente, a UE é um produtor de diplomacia pública, ainda que nem sempre pareça perceptível. A aposta no Programa Erasmus+ vem mostrar precisamente o crescimento da DPUE e a sua importância no seio da política externa comunitária. No que diz respeito à literatura atinente ao Programa, Ferreira-Pereira e Mourato Pinto (2021) mostram a importância do programa como uma ferramenta de *soft power* ao dispor da UE, graças ao seu envolvimento direto com a sociedade civil. Sendo o ensino superior considerado um fator chave nos documentos oficiais da União e uma vez que é visto como um veículo importante dado o seu caráter universal (Ibid), tem sido dada atenção aos programas de mobilidade como instrumentos diplomáticos. Andrea Perilli (2017) também teoriza sobre a importância do Programa Erasmus+, mencionando que o ‘efeito Erasmus’ contribuiu para a socialização dos Estados-membros europeus. Evocando as ideias de Nye, nomeadamente a relevância dos programas culturais na definição de *soft power*, a autora sublinha a confiança da UE em fomentar o uso de ferramentas como os programas de intercâmbio, de forma a influenciar e moldar os assuntos internacionais (Ibid). Também os autores Tostes e Silva (2019) descrevem o impacto inegável que o Programa Erasmus+ trouxe para a integração europeia, permitindo não só a internacionalização da educação, como também a consolidação dos valores, cultura e identidade europeias, quer interna quer externamente. Os benefícios do Programa ultrapassam a componente cultural, reforçando igualmente a economia, ao permitir a formação de uma força de trabalho altamente qualificada e competitiva, aberta a uma variedade de culturas e línguas (Ibid).

De forma a manter uma imagem externa sólida, a legitimidade da UE enquanto potência normativa, depende, em grande parte, da boa vontade e apoio do público europeu (Michalski, 2005). Aliás, garantir a capacidade da União de falar numa só voz na cena internacional é fulcral, pelo que os cidadãos que realizam o Programa Erasmus+ têm assumido uma função central neste sentido. Quanto mais próximos os valores dos cidadãos europeus estão aos valores defendidos pela UE, maior será a coerência da União em agir externamente de forma concertada e una. É, portanto, inegável que os membros da chamada “geração Erasmus” e os ex-alunos atuem como

uma espécie de ‘embaixadores’ e ‘multiplicadores’ da OI (Cairns, 2017; Tostes e Silva, 2019; Ferreira-Pereira e Mourato Pinto, 2021). Como tal, em 2011, os países da UE concordaram com a meta de que “até 2020, uma média da UE de pelo menos 20% dos diplomados do ensino superior deveria ter tido um período de estudo ou treinamento relacionado ao ensino superior (incluindo estágios) no exterior, representando um mínimo de 15 créditos do ECTS⁹ ou com duração mínima de três meses” (Directorate-General for Education, Youth, Sport and Culture, 2020:83).

O Programa Erasmus+ e a experiência de mobilidade que dele advém, para além de representarem uma nova forma de sociabilização aprendizagem institucional, têm-se prognosticado como auxiliadores de uma consciência pela diversidade, ao promover o contacto direto entre as diferentes culturas que conformam a Europa e contribuído, de modo positivo, para as mudanças de atitudes no que diz respeito à União (Leitão e Valente, 2018). Os dados apresentados pela Comissão sobre o impacto deste Programa atestam estas perceções: 83% dos antigos participantes no Programa Erasmus+ diziam sentir-se “mais europeus” após a sua experiência de mobilidade (Silva, 2018). Desde a sua criação, em 2014, esta iniciativa educacional tem sido percebida como uma das marcas mais fortes dos ideais da europeus, contando com um elevado grau de apreciação política e de popularidade em geral (Leitão e Valente, 2018). As razões deste reconhecimento residem, como expectável, no facto do projeto ter a virtualidade de ser diretamente percebido, por todos os cidadãos que têm a oportunidade de o vivenciar, como a “essência do espírito europeu”, ao contrário do que acontece em relação a outras dimensões da construção europeia que são mais burocráticas e distantes (Agência Nacional PROALV, 2012).

Sinónimo da aposta contínua do programa e das suas vantagens foi o lançamento da aplicação Erasmus+, no ano de 2017, em virtude dos 30 anos do Programa Erasmus (European Commission, 2017b). O então presidente da Comissão, Jean-Claude Juncker, e o presidente do Parlamento Europeu, Antonio Tajani, lideram as comemorações do 30º aniversário do Programa e, para assinalar a ocasião, a Comissão lançou uma aplicação inserida no contexto do Programa Erasmus+. Concebida para estudantes, formandos profissionais e participantes em intercâmbios, o aplicativo visa tornar a experiência Erasmus+ mais fácil e acessível (Ibid). Para um programa

⁹ O Sistema Europeu de Transferência e Acumulação de Créditos (ECTS) é um instrumento do Espaço Europeu do Ensino Superior para tornar os estudos e os cursos mais transparentes (Comissão Europeia, 2018). Permite que os créditos adquiridos numa instituição de ensino superior sejam contabilizados para a obtenção de uma qualificação noutra estabelecimento, algo útil para os estudantes que realizam o Programa Erasmus+.

que apoiou mais de 4 milhões de pessoas entre 2014 e 2020, a App Erasmus+ Mobile representa uma melhoria importante. Isto demonstra o empenho da Comissão em construir o futuro do “universo Erasmus” para além de 2020, juntamente com a geração do Programa Erasmus+, e assegurar que chegue a um leque ainda maior de jovens (Ibid). As funcionalidades da aplicação incluem: o acompanhamento do progresso dos participantes nas diferentes etapas administrativas, sendo que os alunos também podem assinar os seus acordos de estudo online com as universidades; melhorar as suas competências linguísticas, através de uma ligação direta à plataforma *Erasmus+ Online Linguistic Support*, que oferece cursos online com tutoria e mentoria interativa ao vivo (Ibid).

O Estudo de Impacto do Erasmus+ no Ensino Superior e o Estudo das Parcerias Estratégicas e das Alianças do Conhecimento no âmbito do Programa Erasmus+, publicados em 2019, mostraram que o Programa tem efeitos positivos no desenvolvimento profissional, social, educativo e pessoal dos participantes (Comunidade Cultura e Arte, 2021a). Para o primeiro estudo, foram analisadas cerca de 77 000 respostas, incluindo 47 000 estudantes Erasmus+, 12 000 licenciados e 10 000 membros do pessoal com experiência Erasmus+ (Comissão Europeia, 2019). As conclusões do segundo estudo baseiam-se nas respostas de 258 Parcerias Estratégicas e Alianças do Conhecimento¹⁰ no âmbito do Erasmus+, que beneficiaram de financiamento no período 2014-2016, bem como em 26 estudos de caso pormenorizados (Ibid). Segundo um comunicado de imprensa da Comissão, os resultados dos mesmos revelaram como o Programa da UE ajuda a preparar os jovens europeus para a nova era digital e a prosperar no futuro. O Programa Erasmus+ promove igualmente a capacidade de inovação das universidades, o seu empenho a nível internacional e a sua aptidão para responder às necessidades do mercado laboral (Ibid). As conclusões do estudo indicam três ideias principais: o Programa Erasmus+ ajuda os estudantes a encontrar as carreiras a que aspiram e a conseguir um emprego rapidamente; reforça o sentimento de pertença europeu; apoia a transformação digital e a inclusão social (Ibid). Em relação ao primeiro ponto, mais de 70% dos estudantes declararam ter uma melhor ideia da carreira que desejam ter, o que lhes permite reorientar os seus estudos para corresponder às suas ambições (Ibid). No que diz respeito ao reforço do sentimento de pertença europeu, mais de 90% dos

¹⁰ As Parcerias Estratégicas no âmbito do Programa Erasmus+ permitem que as organizações aumentem a qualidade e a relevância das suas atividades, reforcem as suas redes de parceiros, aumentem a sua capacidade de atuação, fomentando a internacionalização das suas atividades (Comissão Europeia, 2022c).

Por sua vez, as Alianças do Conhecimento são projetos transnacionais no âmbito dos quais instituições de ensino superior e empresas trabalham em conjunto sobre questões de interesse comum, cujo objetivo é contribuir para reforçar a capacidade de inovação da Europa e fomentar a modernização dos sistemas de ensino superior europeus (Comissão Europeia, 2022b).

estudantes do Programa Erasmus+ também melhoram a sua capacidade de trabalhar e colaborar com pessoas de diferentes culturas e sentem que têm uma identidade europeia (Ibid). Já a utilização de novas tecnologias e de métodos inovadores de ensino e aprendizagem reforça a sua capacidade de cooperação internacional e de inovação. Mais de 80% dos académicos afirmam que a sua experiência no estrangeiro levou ao desenvolvimento de currículos mais inovadores (Ibid). Estes Estudos provaram, essencialmente, que os participantes do Programa estão entre os mais protetores do projeto europeu (Ferreira-Pereira e Mourato Pinto, 2021).

É também importante reforçar o papel que as delegações da UE detêm na representação da própria OI e dos seus cidadãos no país onde estão sedeadas e na promoção dos valores e interesses europeus, o mesmo se aplicando no contexto do Programa Erasmus+. Nos países onde não existem Agências Nacionais de Erasmus+, as delegações têm assumido um papel central nas questões educativas (Ferreira-Pereira e Mourato Pinto, 2021). O seu papel é, principalmente, apresentar, explicar e implementar a política da UE e analisar e relatar as políticas e desenvolvimentos nos países/instituições em que estão acreditados. Através de atividades regionais e locais organizadas pelas delegações da UE, é possível reforçar a sua diplomacia pública. Por exemplo, a nível global, a iniciativa *EU Visitors Programme*, que oferece visitas de estudo personalizadas para conhecer deputados ao Parlamento Europeu, funcionários das instituições da UE e outras partes interessadas europeias, conta com a estrita cooperação das delegações no que diz respeito à organização e convite dos jovens oriundos de países fora da UE (European External Action Service, 2022). A nível local, as delegações em todo o mundo têm organizado regularmente atividades de diplomacia pública envolvendo jovens, estudantes, académicos, grupos de reflexão, organizações empresariais, incluindo visitas de estudo e formações para diplomatas; exposições, feiras de educação, intercâmbios da sociedade civil; eventos de *networking* e conferências (Ibid).

Em 2019, a UE lançou um novo projeto que visa o envolvimento dos ex-alunos dos programas de mobilidade e intercâmbio, designado *EU Alumni Engagement Initiative* (Cultural Relations Platform, 2020). Destina-se a reforçar a capacidade da UE em manter um compromisso a longo prazo com indivíduos em países terceiros que já beneficiaram de programas financiados pela organização e estiveram em contacto com a UE em algum momento das suas vidas (Knowledge Centre on Interpretation, 2019). O objetivo final é fortalecer as parcerias mundiais da UE, criando mais oportunidades de envolvimento significativo com ex-alunos europeus, em particular em

atividades de diplomacia pública no exterior (Euraxess, 2020). Esta iniciativa tem vindo a permitir abrir o diálogo e a cooperação entre Alumni e a UE, dada a importância destes enquanto parceiros nas mais variadas atividades da organização. A plataforma tem oferecido, assim, uma ferramenta única de gestão contactos (Ibid). Para além disto, oferece apoio ao *staff* da UE em todo o mundo para organizar atividades de diplomacia pública e eventos incluindo os *Alumni* (Ibid). Atuando como ‘embaixadores’ graças às experiências vividas e o conhecimento que detêm sobre a UE, os ex-alunos podem ser os principais atores na cooperação com as sociedades civis (Ibid). A relevância deste instrumento foi ainda complementada com o lançamento de uma versão online da plataforma, no verão de 2021, possibilitando que os Alumni em todo o mundo se conectem, troquem ideias e colaborem mais facilmente (Cultural Relations Platform, 2020).

Importante também indicar o orçamento do novo ciclo do Programa Erasmus+ para o período entre 2021 e 2027, lançado oficialmente em março de 2021. Este é um exemplo claro da importância do projeto, que passou a deter um orçamento de €26,200 milhões, com um complemento de cerca de €2,2 milhões proveniente dos instrumentos externos da UE, em comparação com os €14,700 milhões para o período de 2014-2020 (European Commission, 2021). Estes valores enfatizam a relevância crescente dos programas de mobilidade lançados pela UE, uma vez que a “expansão do programa está relacionada ao crescente orçamento da UE a ele atribuído” (Tostes e Silva, 2019:7).

As mudanças desencadeadas pela pandemia COVID-19 no início de 2020 causaram uma grande interrupção na implementação do Programa Erasmus+. Os estudantes e participantes do Programa no ano letivo de 2020/2021 foram privados do principal componente da experiência internacional – mobilidade, imersão na sociedade estrangeira e comunicação com representantes de outras culturas (Zaytseva, 2021). No entanto, as instituições europeias responsáveis conseguiram tomar medidas drásticas para responder aos desafios que os participantes enfrentavam, o que resultou na conclusão de dois terços dos programas de mobilidade (Ibid). Tendo em conta das as carências, esperava-se uma queda considerável nas candidaturas aos Erasmus+ apenas em 2020. Um novo ciclo de intercâmbios do Programa começou em setembro de 2020, contudo a situação epidemiológica não mudou. Dada a experiência proveniente da pandemia, as instituições de ensino superior, juntamente com os fundos de intercâmbio, tiveram de rever os seus programas de trabalho contando com restrições e bloqueios, reforçando a sua dimensão digital (Banks, 2020; Zaytseva, 2021). Consequentemente, as ferramentas digitais no seio do Programa Erasmus+ tornaram-se prementes e abriram espaços para promover a

comunicação envolvente e o diálogo entre a organização e as comunidades (Banks, 2020). De modo a evitar que o novo ciclo do Programa seja prejudicado da mesma forma que o ciclo de 2014-2020 foi, fruto da situação epidemiológica, a Comissão frisou a necessidade de aliar o programa à transição digital, identificando-a como prioridade (Lusa, 2021).

Reforçando a ideia da NDP, nomeadamente a crescente procura da diplomacia pública por parte de OIs, a importância da construção de relacionamentos duradouros com a sociedade civil e o papel ativo dos cidadãos no seio político, torna-se clara a relevância da iniciativa Erasmus+ neste contexto. Descrita como simétrica e focada no diálogo com os públicos, a NDP fornece uma importante base no quadro do Programa Erasmus+: a consolidação dos valores comuns e da identidade europeia associa-se a uma estratégia que permitiu aumentar a visibilidade da UE e das suas políticas, através da estreita colaboração dos alunos e ex-alunos do Programa nas atividades desenvolvidas pela União. Muito mais que um reforço da política externa da UE, o Programa Erasmus+ surge como uma importante ferramenta de capacitação dos cidadãos que, graças ao contacto “pessoa-a-pessoa” da NDP, são capazes de participar ativamente na política europeia.

3.6. Desafios Associados ao Programa Erasmus+

No que toca aos desafios inerentes ao Programa Erasmus+, Cunha e Santos (2017) referem a discrepância entre as políticas e as práticas adotadas na diversificação dos métodos e ambientes do ensino e o reforço dos instrumentos de cooperação e coordenação entre as Agências Nacionais dos diferentes países parceiros, para potenciar as suas capacidades de resposta e as suas responsabilidades sobre o programa (Ibid). A nível burocrático, reclama-se a adequação das exigências administrativas da Comissão à realidade nacional, assim como uma maior articulação com outros serviços administrativos das instituições para potencializar os resultados (Ibid). Do ponto de vista institucional, a mobilidade é condicionada à dinâmica universitária assegurada pelos funcionários das faculdades e das reitorias e, sobretudo, pelos professores, no que diz respeito à seleção dos estudantes, à definição do plano curricular e ao desenvolvimento e à consolidação de acordos com universidades estrangeiras (Ibid). Também neste âmbito, existem lacunas associadas à falta de uniformização nas disciplinas, ao método utilizado para o reconhecimento dos créditos, ao sistema das notas que difere entre as universidades, e às discrepâncias no processo de conversão (Ibid). A Estratégia Global da UE destaca a importância de unir a diplomacia pública

em diferentes áreas (Bobotsi, 2021). Apesar disso, o Programa Erasmus+ não está suficientemente integrado na diplomacia pública e cultural da organização. A natureza pluralista e ascendente das ferramentas diplomáticas traz à tona os atores não governamentais. Como tal, a importância desses atores na promoção dos valores da UE, através da educação, deve ser reconhecida e incluída na estratégia de DPUE (Ibid).

CONCLUSÃO

A presente investigação teve como objetivo analisar de que forma o Programa Erasmus+ tem reforçado a DPUE, particularmente no período entre 2014 e 2020. De modo específico, a investigação abrange o início do Programa Erasmus+, em março de 2014, percorrendo a sua evolução até março de 2020, período interrompido pela pandemia (o qual a presente dissertação não investiga) e pela cessação das atividades tipicamente presenciais do Programa. A UE tem sido uma importante detentora de *soft power*, apostando em ferramentas de diplomacia pública para reforçar esta sua característica. Neste sentido, destaca-se a ênfase em atividades de índole cultural e educativa, como os programas de intercâmbio, que têm sido encarados pela organização como instrumentos capazes de fortificar a sua imagem externa.

O primeiro capítulo, relativo aos conceitos de *soft power* e diplomacia pública, sublinhou as complexidades destas noções e a sua importância no sistema internacional contemporâneo, onde a influência não coerciva se tornou na forma mais eficaz de realizar a agenda de política externa. O nível transnacional dos assuntos mundiais responde favoravelmente à utilização destas formas de influência e permite aos atores visar eficazmente as elites estrangeiras, bem como o público em geral e as organizações da sociedade civil. Através de um conjunto de valores reconhecido e implementado de forma coerente, um ator pode fazer com que outros sigam a sua liderança por meio do seu *soft power*.

A diplomacia pública é considerada uma ferramenta fundamental do *soft power* e, de certo modo, este último só pode ser alcançado por meio de ações concertadas de diplomacia pública. A prática de diplomacia pública é garantida pela natureza da política internacional descrita no conceito de *soft power*, na qual a influência e a capacidade de atingir os objetivos podem ser encontradas na faculdade de cultivar relacionamentos e definir um contexto simbólico nas relações internacionais, de forma a produzir os resultados estratégicos desejados. Sendo a diplomacia pública considerada o conjunto de mecanismos e táticas que almejam o envolvimento da sociedade civil, os atores tendem a recorrer a este conceito para se comunicar e atrair públicos de outros países e, portanto, expandir a sua influência e visibilidade na comunidade internacional. Este tipo de diplomacia permite disseminar positivamente os valores, ideais e políticas de um ator com terceiros, recorrendo a métodos de comunicação bilateral e escuta ativa. O objetivo é, efetivamente, a construção de relacionamentos com a sociedade civil de outros países e a facilitação de redes entre atores não governamentais internos e externos. Tal como referido no

capítulo 1, a existência de dois modelos de diplomacia pública, um hierárquico e um de rede, permite a construção de múltiplos cenários de atuação, consoante os objetivos pretendidos pelo ator que desenvolve os seus encargos diplomáticos (Melissen, 2011). Neste último modelo, a variante pública da diplomacia não é uma prerrogativa dos Estados, ainda que estes se mantenham como os atores principais da sociedade internacional (Ibid). Consequentemente, uma variedade de atores compartilham interesses no que diz respeito a políticas e trocam recursos para perseguir interesses compartilhados. Um dos elementos centrais da diplomacia pública é, como mencionado, a capacidade de escutar ativamente os cidadãos, sendo essencial recolher e dados sobre os públicos e as suas opiniões no exterior e utilizar essas informações para redirecionar a sua política ou a sua abordagem de diplomacia pública. Assim, um trabalho diplomático eficiente não depende unicamente das estratégias de comunicação utilizadas, mas também do correto entendimento e envolvimento do público-alvo e dos seus interesses.

As atualizações no conceito de diplomacia pública no pós-11 de setembro contribuíram para o nascimento da NDP, baseada numa abordagem mais colaborativa e na ideia de que a colaboração de práticas de diplomacia pública entre Estados e atores não-estatais é flexível e orientada para resultados. Deste modo, a procura de táticas de diplomacia pública por parte de OIs é uma das características centrais da NDP. Através da construção de relacionamentos com atores da sociedade civil e de uma abordagem mais dialógica e simétrica com estes, a NDP foca-se na manutenção de relações estáveis com as audiências externas como forma de desenvolver uma política externa bem sucedida. Como componente deste tipo de diplomacia, surge a diplomacia cultural, definida como a tentativa de um ator de gerir o ambiente internacional, tornando os seus recursos e realizações culturais conhecidos no exterior e/ou facilitando a transmissão cultural no estrangeiro. Sendo o Programa Erasmus+ um dos programas de intercâmbio de renome da UE, assente nos valores e ideais da organização, torna-se clara a intenção da União em reforçar estas iniciativas, como táticas diplomáticas.

O segundo capítulo fornece uma imagem evolutiva da DPUE, nomeadamente as mudanças trazidas pelo Tratado de Lisboa, bem como os instrumentos e táticas de diplomacia pública utilizados pela UE. A existência de um modelo em rede de diplomacia pública no contexto da UE demonstra que é possível, em ambientes políticos complexos, garantir a promoção da comunicação e confiança nas políticas europeias, através de instituições. Internamente, a diplomacia pública europeia visa os públicos estrangeiros, mas a nível externo o papel da UE depende das atividades de índole internacional e do seu impacto e visibilidade, mais

especificamente “o que a UE faz” e “o que os cidadãos estrangeiros veem” (Yang, 2015:2). A ligação entre as dimensões interna e externa da DPUE é concebida como um processo de autoafirmação, em que as mensagens comunicadas internamente também são dirigidas externamente, como parte da construção da identidade interna da União (Ibid). Deste modo, a DPUE procura promover os interesses europeus, explicar distintamente os seus objetivos, políticas e atividades, através do diálogo com os cidadãos. Acima de tudo, esta deve ser encarada como uma ferramenta diplomática que permite aumentar a legitimidade da gama de políticas externas da UE e da sua imagem no sistema internacional.

A DPUE antes das implicações provenientes do Tratado de Lisboa era extremamente fragmentada e com uma reduzida coordenação institucional horizontal, sendo que a polarização na estrutura política europeia significava que a diplomacia pública era conduzida maioritariamente por duas figuras. No período pré-2009, o papel diplomático das delegações estava estritamente limitado às áreas de competência da Comissão, sendo a sua influência no corpo diplomático europeu baixa. Após a adoção efetiva deste tratado em 2009, a diplomacia pública europeia passou a estar sob a alçada, não só do Secretariado do Conselho e da Comissão, assim como do Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e do SEAE. Esta nova arquitetura de política externa, ao simplificar a ação externa da UE particularmente através do SEAE, delineou uma oportunidade para moldar uma diplomacia a nível europeu bem-sucedida. De modo particular, o SEAE caracteriza-se pela liderança de pensamento interno, coordenando assim os esforços de diplomacia pública de todas as delegações em países terceiros da UE e fornecendo orientações gerais. Com estes novos recursos, foi permitido à UE continuar um processo firme de construção da sua reputação enquanto ator diplomático e, ainda, reforçar o envolvimento dos cidadãos no processo europeu, conferindo-lhes a possibilidade de partilharem os seus pontos de vista sobre toda a atuação da UE. Pese embora haja uma grande variação nos instrumentos, canais e atores que conduzem a DPUE, tem sido possível criar certos padrões no que diz respeito à comunicação geral sobre a UE, feita pelas instituições referidas anteriormente.

Reiterando a ideia de Rasmussen (2009), o objetivo da UE é ser capaz de estabelecer uma identidade incontestável e fazer da sua diversidade de vozes e pontos de vista por parte dos Estados-membros como um ponto forte da sua imagem política e diplomática. Ainda que os seus membros possuam os seus próprios programas de diplomacia pública, através dos quais procuram projetar as suas identidades e mensagens nacionais, tem sido uma prioridade da UE coordenar estes esforços diplomáticos, de modo a construir uma imagem consistente. Como tal, o papel da

UE depende das suas atividades de âmbito internacional e o impacto que estas têm, sendo que o Programa Erasmus+ surge como uma iniciativa de relevo que possibilita concretizar este objetivo. As ferramentas inseridas no espectro da DPUE são variadas, podendo ser índole global, regional e local. O seu objetivo é melhorar a compreensão mútua entre os cidadãos europeus e os cidadãos de todo o mundo e reforçar os laços e a cooperação entre a UE e o mundo. Para além das tradicionais ferramentas de diplomacia pública, a UE tem apostado cada vez mais em atividades culturais e educativas, onde se encontra inserido o Programa Erasmus+. Através destas, a UE é capaz de fomentar o engajamento cultural e educacional de forma a construir uma relação de familiaridade entre os públicos alvo. Uma área marcante da diplomacia pública e que visa a promoção da identidade europeia, recorrendo ao contacto direto com a sociedade civil, é a educação. A projeção de *soft power* da UE tem sido uma área distinta da sua ação externa, em especial quando se trata do ensino. Aliás, alguns académicos já focaram a sua atenção na dinâmica do *soft power* com "a capacidade da UE de educar estudantes estrangeiros, definir normas constitucionais globais e angariar seguidores em todo o mundo para realizações atléticas" (Moravcsik, 2017:3).

No terceiro e último capítulo foi reconhecida a relevância da mobilidade académica enquanto método capaz de influenciar as relações europeias. Sendo a cultura um dos aspetos mais reconhecidos da UE, é inegável que o Programa Erasmus+ se tenha tornado num símbolo emblemático e uma marca indelével da comunidade europeia. Com mais de trinta anos de existência, este Programa é uma das iniciativas de maior sucesso da UE, graças a uma história de crescimento progressivo no número de alunos, no orçamento e nas instituições participantes, que converteram o Programa Erasmus+ no maior programa de intercâmbio estudantil do mundo.

No contexto da diplomacia pública, o intercâmbio educacional internacional é considerado uma forma de melhorar a imagem de um ator e de lançar uma luz favorável à sua política externa. Considera-se que este tipo de atividades são a forma mais genuína de se desenvolver relacionamentos duradouros e estáveis com públicos estrangeiros, o que também funciona para a implementação bem-sucedida da política externa europeia. Deste modo, o Programa Erasmus+ possibilita o reforço das aspirações da UE enquanto protagonista da cena internacional, sublinhando o papel que a organização desempenha na garantia da paz e da prosperidade globais, através do reforço de parcerias multilaterais. Integrando as iniciativas de intercâmbio para estudantes do ensino superior e não superior, ensino profissional e educação de adultos, quer ao nível das instituições públicas, quer ao nível das instituições privadas, este Programa, voltado para

o período de 2014-2020, contou com um avultado orçamento e com níveis de participação elevados, o que demonstra a crescente atenção e interesse não só por parte das instituições europeias que estão por detrás do seu desenvolvimento, assim como por parte dos cidadãos que nele têm vindo a participar. O propósito desta iniciativa está em proporcionar a oportunidade de adquirir competências e ter um desenvolvimento pessoal, socioeducativo e profissional através de estudos, formação, experiências de trabalho ou voluntariado no estrangeiro em todo o mundo. Mas quando se analisa o Programa Erasmus+ enquanto iniciativa da DPUE, este pauta-se como uma estratégia de promoção de uma formação comunitária variada e internacionalizada, garantida pela atuação da Comissão em recorrer a políticas educacionais para promover a identidade europeia.

O Programa Erasmus+ implica, direta e indiretamente, o desenvolvimento da sociedade europeia a nível da aprendizagem e diálogo entre as várias culturas. O foco nos objetivos culturais e económicos associados demonstra exatamente esta ideia: a promoção da integração europeia e a partilha de valores e ideais europeus aliada, simultaneamente, à formação de forças de trabalho cada vez mais competitivas. Por conseguinte, o Programa não só serve como uma fonte de consolidação da UE, como também surge como uma oportunidade de interligar ainda mais a organização às camadas mais jovens e dinâmicas da sociedade civil externa. Um dos exemplos práticos que demonstra como o Programa Erasmus+ se tem profetizado como auxiliador no contacto direto entre as diferentes culturas que conformam a Europa e contribuído, de modo positivo, para as mudanças de atitudes no que diz respeito à União é a percentagem da perceção do Programa aos olhos dos seus ex-participantes. Estudos datados de 2018 demonstram que 83% dos antigos participantes se sentem mais europeus e, portanto, mais chances têm em se tornarem 'embaixadores' desta iniciativa e, assim, reforçar a imagem europeia na sociedade onde estão inseridos. Além disto, os estudos de impacto elaborados em 2019 confirmam estas noções, reforçando também como o Programa Erasmus+ tem ajudado os estudantes a encontrar as carreiras a que aspiram e a conseguir um emprego rapidamente, apoiando a transformação digital e a inclusão social. Estes provaram, essencialmente, que os participantes do Programa estão entre os mais protetores do projeto europeu. A aposta contínua nesta iniciativa também se fez notar no lançamento da aplicação Erasmus+, no ano de 2017, em virtude dos 30 anos do Programa Erasmus. A app demonstra, simbolicamente, o empenho da Comissão em construir o futuro do 'universo Erasmus' para além de 2020, assegurando que chegue a um leque ainda maior de jovens.

Através de iniciativas regionais e locais organizadas pelas delegações da UE, tem sido possível reforçar a sua diplomacia pública. A nível global, a iniciativa *EU Visitors Programme* possibilita um envolvimento personalizado dos cidadãos com as entidades e funcionários europeus através de visitas de estudo. Já a nível as delegações da UE em todo o mundo organizam regularmente atividades de diplomacia pública envolvendo jovens, estudantes e académicos, tais como visitas de estudo e formações, exposições, intercâmbios da sociedade civil e eventos de *networking*. De destacar também a *EU Alumni Engagement Initiative*, lançada em 2019, destinada a reforçar a capacidade europeia em manter um compromisso a longo prazo com indivíduos em países terceiros que já beneficiaram de programas financiados pela organização. Aponta para o fortalecimento das parcerias mundiais da UE, criando mais oportunidades de envolvimento significativo com ex-alunos, em particular em atividades de diplomacia pública no exterior.

Um outro exemplo é o aumento exponencial do orçamento do Programa para o ciclo de 2021-2027, quase o dobro do valor do ciclo anterior. Em concreto, passou a deter um orçamento de €26,200 milhões, com um complemento de cerca de €2,2 milhões proveniente dos instrumentos externos da UE, em comparação com os €14,700 milhões para o período de 2014-2020 (European Commission, 2021). Este exemplo vem mostrar, mais uma vez, a atenção dada pela Comissão e pelo SEAE ao programa e a inclusão deste nos assuntos mais prementes da UE.

As mudanças causadas pela pandemia COVID-19 a partir de Março de 2020 – que este estudo não examina – causaram uma grande interrupção na implementação do Programa Erasmus+. Contudo as instituições europeias conseguiram tomar medidas drásticas para responder aos desafios que os participantes enfrentavam. Como tal, reviram os seus programas de trabalho contando com restrições e bloqueios, reforçando a sua dimensão digital. As ferramentas digitais no seio do Programa tornaram-se essenciais e abriram espaços focados na comunicação envolvente e no diálogo entre a organização e as comunidades. De modo a evitar que o novo ciclo do Programa Erasmus+ seja prejudicado da mesma forma que o ciclo de 2014-2020 foi, a Comissão frisou a necessidade de aliar o programa à transição digital, identificando-a como prioridade.

Pese embora os documentos europeus, tais como a Estratégia Global da UE, destaquem a importância de unir a diplomacia pública às várias áreas de atuação da organização, o Programa Erasmus+ não está suficientemente integrado na diplomacia pública e cultural da organização. A natureza pluralista e ascendente das ferramentas diplomáticas traz à tona os atores não governamentais. Como consequência, a importância desses atores na promoção dos valores da

UE, através da educação, deve ser reconhecida e incluída na estratégia de DPUE. A diplomacia pública deve ser vista como um multiplicador de forças, como uma política com impacto positivo multinível. Assim sendo, é premente que a UE continue a desenvolver estratégias de coordenação para a condução e o conteúdo das atividades de diplomacia pública e, desse modo, definir princípios orientadores e objetivos. É esperado que cada Estado-membro da UE tenha a sua própria reputação no estrangeiro e, até, a sua própria diplomacia pública. Os seus integrantes estão entre os mais experientes do mundo na condução da diplomacia pública e das relações culturais. E, como tal, a DPUE deve, de alguma forma, combinar os seus esforços e os dos seus Estados-membros, de forma harmoniosa, para garantir a sua complementaridade.

Em jeito conclusivo, e tendo em conta a pergunta de investigação, “De que forma o Programa Erasmus+ tem funcionado como uma ferramenta de diplomacia pública, ao serviço do *soft power* da UE?”, pode-se constatar que a UE tem desenvolvido ao longo dos anos, em particular no período de 2014 a 2020, inúmeras atividades e iniciativas inseridas no Programa Erasmus+ que envolvem diretamente a sociedade civil interna, mas acima de tudo, externa. As iniciativas supracitadas encontram-se no espectro de táticas de diplomacia pública, explorando formas de engajar, informar e influenciar públicos estrangeiros. Enquanto estratégia com objetivos associados à promoção de uma formação comunitária internacionalizada, assente num forte senso de identidade europeia, o Programa implicou o desenvolvimento da sociedade europeia a nível do diálogo intercultural. Esta iniciativa intercambista, para além de representar uma forma de sociabilização aprendizagem institucional, tem-se conjeturado como auxiliadora de uma consciência pela diversidade, ao promover o contacto direto entre as diferentes culturas europeias e cooperado positivamente nas mudanças de opinião referentes à UE. Tendo gerado um duplo repercussão na integração europeia, quer na internacionalização da componente educativa, quer no aumento da visibilidade da UE e das suas políticas, o Programa Erasmus+ funciona como um instrumento de diplomacia pública significativo neste contexto, uma vez que poderá influenciar a opinião pública de cada Estado-membro e possibilitar um estreitamento do relacionamento da UE com os cidadãos.

Olhando para futuras linhas de investigação, uma das possibilidades poderia focar-se na exploração do Programa Erasmus+ no mundo lusófono. A realização de trocas estudantis entre universidades de Portugal, Brasil, países africanos de língua portuguesa, Timor-Leste e Macau já é uma realidade, contudo não se encontra inserida no contexto oficial do Programa Erasmus+. Uma vez que a UE estabelece variados acordos com regiões e organizações onde os países lusófonos marcam presença, tais como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e os

Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, a aposta e reforço da iniciativa Erasmus+ entre a comunidade europeia e estes países poderá ser um importante fator no manutenção de relações políticas. Uma segunda linha de investigação futura poderá focar o impacto da COVID-19 nas táticas de diplomacia pública europeias, particularmente a transição do Programa Erasmus+ para uma vertente essencialmente digital e à distância. O progresso na pesquisa da DPUE é altamente necessário devido ao lugar central que esta agora ocupa na sua política externa e diplomacia. Como tal, ainda são vastas as possibilidades de compreender o fenómeno que é o Programa Erasmus+, especialmente com a crescente aposta orçamental neste sentido e o lançamento de múltiplas iniciativas e atividades pelas instituições europeias.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Primárias

Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação & Agência Nacional Erasmus+ Juventude em Ação. 2018. “O Que é O Erasmus+.” Erasmus+. 2018.
<https://www.erasmusmais.eu/oprograma>.

Comissão Europeia, Direção-Geral da Educação, da Juventude, do Desporto e da Cultura. 2017. “Erasmus+ Annual Report 2017”. Serviço das Publicações da União Europeia.
<https://op.europa.eu/pt/publication-detail/-/publication/4e5c3e1c-1f0b-11e9-8d0401aa75ed71a1/language-en>.

Comissão Europeia. 2018. “Sistema Europeu de Transferência e Acumulação de Créditos (ECTS).” Education.ec.europa.eu. 2018. <https://education.ec.europa.eu/pt/educationlevels/higher-education/inclusive-and-connected-higher-education/european-credittransfer-and-accumulation-system>.

Comissão Europeia. 2019. “Erasmus+: Um Ponto de Viragem Na Vida de 5 Milhões de Estudantes Europeus.” Ec.europa.eu. May 20, 2019.
https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/IP_19_2548.

Comissão Europeia. 2020. “Glossário: Estratégia Europa 2020.” Ec.europa.eu. 2020.
https://ec.europa.eu/regional_policy/pt/policy/what/glossary/e/europe-2020-strategy.

Comissão Europeia. 2022a. “Factos e Números sobre a Vida na União Europeia.” União Europeia. 2022. https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/key-facts-andfigures/life-eu_pt.

Comissão Europeia. 2022b. “Alianças do Conhecimento.” Erasmus-Plus.ec.europa.eu. 2022.
<https://erasmus-plus.ec.europa.eu/pt-pt/knowledge-alliances>.

Comissão Europeia. 2022c. “Parcerias de Cooperação.” Erasmus-Plus.ec.europa.eu. 2022.
<https://erasmus-plus.ec.europa.eu/pt-pt/programme-guide/part-b/key-action2/cooperation-partnerships>.

Council of the European Union. 2003. "A Secure Europe in a Better World: European Security Strategy." Consilium. Brussels.
<https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST15895-2003-INIT/en/pdf>.

Directorate-General for Education, Youth, Sport and Culture (European Commission). 2020. "Education and Training Monitor 2020: Teaching and Learning in a Digital Age." Publications Office of the European Union. November 12, 2020.
<https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/92c621ce-2494-11eb-9d7e01aa75ed71a1>.

European Commission. 2007. "A Glance at EU Public Diplomacy at Work, the EU's 50th Anniversary Celebrations around the World." 2007.
https://europa.eu/50/around_world/images/2007_50th_anniv_broch_en.pdf.

European Commission. 2014. "Erasmus+ Programme Guide." 2014.
https://wayback.archiveit.org/12090/20210927201202/https://ec.europa.eu/programmes/erasmusplus/sites/default/files/files/resources/2015-guide-v-3_en.pdf.

European Commission. 2016. "Joint Communication to the European Parliament and the Council: Towards an EU Strategy for International Cultural Relations." EUR-Lex. August 6, 2016.
<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=JOIN%3A2016%3A29%3AFIN>.

European Commission. 2017a. "Erasmus+ Programme Guide."
https://erasmusplus.ec.europa.eu/sites/default/files/2017-erasmus-plus-programme-guide-v2_en.pdf.

European Commission. 2017b. "30 Years of 'Erasmus' Exchanges Abroad: Commission Launches Mobile Application to Mark Anniversary." Ec.europa.eu. 2017.
https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP_17_1574.

European Commission. 2021. "Erasmus+ 2021-2027 Programme Brings over €26.2 Billion to Support Mobility and Cooperation." 2021. European Commission. March 25, 2021.
https://ec.europa.eu/programmes/erasmus-plus/news/erasmus-2021-2027programme_en.

European External Action Service. 2022. "Public Diplomacy." Www.eeas.europa.eu. April 2022.
https://www.eeas.europa.eu/eeas/public-diplomacy_en.

European External Action Service. 2016. "Shared Vision, Common Action: A Stronger Europe a Global Strategy for the European Union's Foreign and Security Policy." https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/eugs_review_web_0.pdf.

Secretariado-Geral do Conselho. 2016. "Regulamento Interno Do Conselho Comentado: Regulamentos Internos Do Conselho Europeu E Do Conselho." Consilium. Bruxelas: Secretariado-Geral do Conselho. <https://www.consilium.europa.eu/media/29825/qc0415692ptn.pdf>.

Wallström, M. 2008. "Public Diplomacy and Its Role in the EU's External Relations." https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/SPEECH_08_494

Fontes Secundárias

Agência Nacional PROALV. 2012. "Erasmus de Roterdão: Um Estudante Pela Europa." Agência Nacional PROALV – Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida. 2012. https://www.eshte.pt/downloads/GUIA_ERASMUS_WEB.pdf.

Arceneaux, Phillip, and Shawn Powers. 2020. "International Broadcasting Public Diplomacy as a Game in a Marketplace of Loyalties." In *Routledge Handbook of Public Diplomacy*, edited by Nancy Snow and Nicholas J. Cull, 49–63. New York: Taylor & Francis.

B. Duarte, Paulo Afonso, and Laura C. Ferreira-Pereira. 2021. "The Soft Power of China and the European Union in the Context of the Belt and Road Initiative and Global Strategy." *Journal of Contemporary European Studies*, April, 1–15. <https://doi.org/10.1080/14782804.2021.1916740>.

Banks, Robert. 2020. "Public Diplomacy Evaluation." In *Routledge Handbook of Public Diplomacy*, edited by Nancy Snow and Nicholas J. Cull, 63–74. New York: Taylor & Francis.

Barton, Benjamin, and Paul Quinn. 2011. "Making EU Diplomacy Work: Treaty Changes, Political Will and the 'Quiet Diplomacy' Strategy." In *Making European Diplomacy Work: Can the EEAS Deliver?*, edited by Paul Quinn, 5–9. Belgium: College of Europe. http://aei.pitt.edu/33453/1/EDP_8_2011_Quinn.pdf.

Baumler, B. 2019. *EU Public Diplomacy: Adapting to an Ever-Changing World*. Los Angeles: University of Southern California.

- Baykurt, Burcu and Victoria de Grazia. 2021. "Introduction: Soft-Power Internationalism". In *SoftPower Internationalism: Competing for Cultural Influence in the 21st-Century Global Order*, edited by Burcu Baykurt and Victoria de Grazia, 1-15. United States of America: Columbia University Press.
- Bergmüller, Florian. 2011. "The EEAS: A Loss for the European Commission's External Relations Capacities?" In *Making European Diplomacy Work: Can the EEAS Deliver?*, edited by Paul Quinn, 14–18. Belgium: College of Europe. http://aei.pitt.edu/33453/1/EDP_8_2011_Quinn.pdf.
- Birdsall, Daniel. 2019. "The Origins of 'Public Diplomacy.'" Admissions Blog - the Fletcher School of Law and Diplomacy, Tufts University. 2019. <https://sites.tufts.edu/fletcheradmissions/2019/02/the-origins-of-public-diplomacy/>.
- Bobotsi, Constance. 2021. "EU Education Diplomacy: Embeddedness of Erasmus+ in the EU's Neighbourhood and Enlargement Policies." College of Europe. http://aei.pitt.edu/103402/1/edp_3-2021_bobotsi.pdf.
- Cairns, David. 2017. "The Erasmus Undergraduate Exchange Programme: A Highly Qualified Success Story?" *Children's Geographies* 15 (6): 728–40. <https://doi.org/10.1080/14733285.2017.1328485>.
- Chaban, Natalia, and Ole Elgröm. 2020. "A Perceptual Approach to EU Public Diplomacy: Investigating Collaborative Diplomacy in EU-Ukraine Relations." *The Hague Journal of Diplomacy* 15 (4): 488–516. <https://doi.org/10.1163/1871191x-bja10029>.
- Courtier, Aurélie. 2011. "The Challenge of Public Diplomacy for the European External Action Service." University of Pittsburgh. *EIPAscope*. 2011. http://aei.pitt.edu/33506/1/20110912112645_EipascopeSpecialIssue_Art14.pdf.
- Comunidade Cultura e Arte. 2021a. "Comissão Lança Nova Aplicação Erasmus+ Que Integra Cartão Europeu de Estudante." *Comunidade Cultura E Arte*. September 21, 2021. <https://comunidadeculturaearte.com/comissao-lanca-nova-aplicacao-erasmus-queintegra-cartao-europeu-de-estudante/>.
- Cooper, Robert. 2003. *The Breaking of Nations: Order and Chaos in the 21st Century*. London: Atlantid Books.

- Cross, Mai'a K. Davis. 2013. "Conceptualizing European Public Diplomacy." *European Public Diplomacy* 1: 1–11. https://doi.org/10.1057/9781137315144_1.
- Cross, Mai'a K. Davis, and María Teresa La Porte. 2017. "The European Union and Image Resilience during Times of Crisis: The Role of Public Diplomacy." 2017. <https://www.duo.uio.no/bitstream/handle/10852/56952/1/cross-the-role-of-publicdiplomacy.pdf>.
- Cull, Nicholas J. 2010. "Public Diplomacy: Seven Lessons for Its Future from Its Past." *Place Branding and Public Diplomacy* 6 (1): 11–17. <https://doi.org/10.1057/pb.2010.4>.
- Cull, Nicholas J. 2020. "Public Diplomacy before Gullion: The Evolution of a Phrase." In *Routledge Handbook of Public Diplomacy*, edited by Nancy Snow and Nicholas J. Cull, 12–17. New York: Taylor & Francis.
- Cultural Relations Platform. 2020. "EU Alumni Initiative." [Www.cultureinexternalrelations.eu](http://www.cultureinexternalrelations.eu). October 9, 2020. <https://www.cultureinexternalrelations.eu/2020/10/09/eu-alumniinitiative/>.
- Cunha, Alice, and Yvette Santos. 2017. "Erasmus'30: A História Do Programa E a Participação Dos Estudantes Portugueses." *Bookbuilders*. 2017. https://research.unl.pt/ws/portafiles/portal/4232744/LIVRO_ERASMUS30_A_Hist_ri_a_do_Programa_e_a_Participa_o_dos_Estudantes_Portugueses_Alice_Cunha_e_Yvette_Santos.pdf.
- Di Martino, Luigi. 2020. "The Spectrum of Listening." In *Routledge Handbook of Public Diplomacy*, edited by Nancy Snow and Nicholas J. Cull, 19–29. New York: Taylor & Francis.
- Dominguez, Roberto, Andrea Ribeiro Hoffmann, Paula Sandrin, and Andrea Quiroga. 2022. "EUPD Performance in Latin America: Assessing the Cases of Brazil, Mexico and Colombia." *Journal of Contemporary European Studies*, July, 1–13. <https://doi.org/10.1080/14782804.2022.2094901>.
- Driscoll, David, Douglas Rupert, Afua Appiah-Yeboah, and Philip Salib. 2007. "Merging Qualitative and Quantitative Data in Mixed Methods Research: How to and Why Not." *Ecological and*

Environmental Anthropology (University of Georgia) 3 (1): 19–28.
<https://digitalcommons.unl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1012&context=icwdmee>.

Duke, Simon. 2013. "The European External Action Service and Public Diplomacy." Clingendael. The Hague: Netherlands Institute of International Relations "Clingendael."
https://www.clingendael.org/sites/default/files/pdfs/The%20European%20External%20Action%20Service%20and%20Public%20Diplomacy_0.pdf.

Euraxess. 2020. "EU Alumni." https://cdn4.euraxess.org/sites/default/files/euaei_-_factsheet.pdf.

Fanoulis, Evangelos, and Kyriakos Revelas. 2022. "The Conceptual Dimensions of EU Public Diplomacy." *Journal of Contemporary European Studies*, February, 1–13.
<https://doi.org/10.1080/14782804.2022.2043836>.

Ferreira-Pereira, Laura C., and João Mourato Pinto. 2021. "Soft Power in the European Union's Strategic Partnership Diplomacy: The Erasmus Plus Programme". In: Ferreira-Pereira L.C., Smith M. (eds) *The European Union's Strategic Partnerships. The European Union in International Affairs*. Palgrave Macmillan, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-03066061-1_4

Gallarotti, Giulio M. 2011. "Soft Power: What It Is, Why It's Important, and the Conditions for Its Effective Use." *Journal of Political Power* 4 (1): 25–47.
<https://doi.org/10.1080/2158379x.2011.557886>.

Gass, Robert H., and John S. Seiter. 2020. "Credibility and Public Diplomacy." In *Routledge Handbook of Public Diplomacy*, edited by Nancy Snow and Nicholas J. Cull, 154–68. New York: Taylor & Francis.

Gerards, Carsten, Simon Schunz, and Chad Damro. 2021. "Opportunity, Presence and Entrepreneurship: Why the EU Acts Externally on Higher Education." *JCMS: Journal of Common Market Studies*, March, 1–18. <https://doi.org/10.1111/jcms.13154>.

Gilboa, Eytan. 2008. "Searching for a Theory of Public Diplomacy." *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science* 616 (1): 55–77.
<https://doi.org/10.1177/0002716207312142>.

- Goff, Patricia M. 2020. "Cultural Diplomacy." In *Routledge Handbook of Public Diplomacy*, edited by Nancy Snow and Nicholas J. Cull, 29–37. New York: Taylor & Francis.
- Gospodinov, Yuliy Ananasov, and Dragomir Angelov Marinov. 2015. "Erasmus+ (2014-2020) and the Opportunities for Studying Abroad and Scholarship in the European Union," June. <http://eztuir.ztu.edu.ua/123456789/1580>.
- Gouveia, Philip Fiske de, and Hester Plumridge. 2005. "European Infopolitik: Developing EU Public Diplomacy Strategy." The Foreign Policy Centre. November 2005. <http://www.kamudiplomasisi.org/pdf/kitaplar/EUpublicdiplomacystrategy.pdf>.
- Grazia, Victoria de. 2021. "Soft Power United States versus Normative Power Europe: Competing Ideals of Hegemony in the Post-Cold War West, 1990-2015." In *Soft-Power Internationalism: Competing for Cultural Influence in the 21st-Century Global Order*, 19–59. United States of America: Columbia University Press.
- Gregory, Bruce. 2011. "American Public Diplomacy: Enduring Characteristics, Elusive Transformation". *The Hague Journal of Diplomacy* 6(3–4): 351–72
- Hayden, Craig. 2011a. "The Rhetoric of Soft Power: Public Diplomacy in Global Contexts". Lanham, MD: Lexington Books.
- Hayden, Craig. 2017. "Scope, Mechanism, and Outcome: Arguing Soft Power in the Context of Public Diplomacy." *Journal of International Relations and Development* 20 (2): 331–57. <https://doi.org/10.1057/jird.2015.8>.
- Hemery, John. 2005. "Training for Public Diplomacy: An Evolutionary Perspective." In *The New Public Diplomacy: Soft Power in International Relations*, edited by Jan Melissen, 196–209. United Kingdom: Palgrave Macmillan.
- Heidener, Thomas. 2011. "COREPER: A New Type of Effective Diplomacy." In *Making European Diplomacy Work: Can the EEAS Deliver?*, edited by Paul Quinn, 31–36. Belgium: College of Europe. http://aei.pitt.edu/33453/1/EDP_8_2011_Quinn.pdf.

Hocking, Brian. 2005. "Rethinking the 'New' Public Diplomacy." In *The New Public Diplomacy: Soft Power in International Relations*, edited by Jan Melissen, 28–43. United Kingdom: Palgrave Macmillan.

Ingenhoff, Diana, and Jérôme Chariatte. 2020. "Solving the Public Diplomacy Puzzle- Developing a 360-Degree Listening and Evaluation Approach to Assess Country Images Perspectives." USC Center on Public Diplomacy. Los Angeles: Figueroa Press. https://uscpublicdiplomacy.org/sites/default/files/useruploads/u47441/Solving%20the%20Public%20Diplomacy%20Puzzle_11.30.20.pdf.

Jones, William J. 2010. "European Union Soft Power: Cultural Diplomacy & Higher Education in Southeast Asia." SSRN. Rochester, NY: Silpakorn University International Journal. June 11, 2010. <https://ssrn.com/abstract=3864923>.

Keohane, Robert O., and Joseph S. Nye. 1973. "Power and Interdependence." *Survival* 15 (4): 158–65. <https://doi.org/10.1080/00396337308441409>.

Keohane, Robert O., and Joseph S. Nye. 1998. "Power and Interdependence in the Information Age." *Foreign Affairs* 77 (5): 81–94. <https://doi.org/10.2307/20049052>.

Knight, Jane. 2015. "Moving from Soft Power to Knowledge Diplomacy." *International Higher Education*, no. 80 (March): 8–9. <https://ejournals.bc.edu/index.php/ihe/article/download/6135/5374>

Knowledge Centre on Interpretation. 2019. "EU Launches Alumni Engagement Initiative in Beijing." *Ec.europa.eu*. December 4, 2019. https://ec.europa.eu/education/knowledge-centreinterpretation/news/eu-launches-alumni-engagement-initiative-beijing_en.

La Porte, Teresa. 2011. "The Power of the European Union in Global Governance: A Proposal for a New Public Diplomacy." USC Centre on Public Diplomacy at the Annenberg School. Los Angeles: Figueroa Press. <https://uscpublicdiplomacy.org/sites/uscpublicdiplomacy.org/files/useruploads/u35361/2011%20Paper%201.pdf>.

- Leitão, F. Marina Azevedo, and Isabel Maria Freitas Valente. 2018. "O Programa de Mobilidade Erasmus E a Cidadania Europeia: Trinta Anos E Nove Milhões de Pessoas Depois...!" *Debater a Europa*, no. 19 (April): 19–34. https://doi.org/10.14195/1647-6336_19_2.
- Levy, Jack S. 2008. "Case Studies: Types, Designs, and Logics of Inference." *Conflict Management and Peace Science* 25 (1): 1–18. <https://doi.org/10.1080/07388940701860318>.
- Lima Jr., Antônio F. de. 2007. "The Role of International Educational Exchanges in Public Diplomacy." *Place Branding and Public Diplomacy* 3 (3): 234–51. <https://doi.org/10.1057/palgrave.pb.6000066>.
- Lobo-Fernandes, Luís. 2005. "Soft Power: O Jogo de Atracção Cultural E as Vantagens Da Cooperação." *R:I*, June 2005. http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/r6/RI6_rec01_LFernandes.pdf.
- Lusa. 2021. "Novo Programa Erasmus+ Quer Transição Verde E Digital – E Mais Inclusão." *Público*. March 5, 2021. <https://www.publico.pt/2021/03/25/p3/noticia/novoprograma-erasmus-quer-transicao-verde-digital-inclusao-1955894>.
- Lynch, Dov. 2005. "Communicating Europe to the World: What Public Diplomacy for the EU?" European Policy Centre. https://www.files.ethz.ch/isn/16968/EPC_WP_21.pdf.
- Marsh, David and Gerry Stoker. 2002. "A Skin, not a Sweater: Ontology and Epistemology in Political Science." In *Theory and Methods in Political Science*, 2nd ed, by David Marsh and Gerry Stoker, 17-41. New York: Palgrave Macmillan
- Marteaux, Raïssa. 2011. "Staffing the EEAS: More Diversity." In *Making European Diplomacy Work: Can the EEAS Deliver?*, edited by Paul Quinn, 19–25. Belgium: College of Europe. http://aei.pitt.edu/33453/1/EDP_8_2011_Quinn.pdf.
- Melissen, Jan. 2005a. "The New Public Diplomacy: Between Theory and Practice." In *The New Public Diplomacy Soft Power in International Relations*, edited by Jan Melissen, 3–27. United Kingdom: Palgrave Macmillan.
- Melissen, Jan. 2005b. "Wielding Soft Power: The New Public Diplomacy." The Hague: Netherlands Institute of International Relations Clingendael.

[http://culturaldiplomacy.org/academy/pdf/research/books/soft_power/Wielding_Soft_Power - The New Public Diplomacy - Jan Melissen.pdf](http://culturaldiplomacy.org/academy/pdf/research/books/soft_power/Wielding_Soft_Power_-_The_New_Public_Diplomacy_-_Jan_Melissen.pdf).

Melissen, Jan. 2011. "Beyond the New Public Diplomacy." Netherlands Institute of International Relations "Clingendael," no. 3 (October): 1–28. <https://www.clingendael.org/publication/clingendael-paper-no3-beyond-new-publicdiplomacy>.

Michalski, Anna. 2005. "The EU as a Soft Power: The Force of Persuasion." In *The New Public Diplomacy: Soft Power in International Relations*, 124–44. United Kingdom: Palgrave Macmillan. https://culturaldiplomacy.org/academy/pdf/research/books/soft_power/The_New_Public_Diplomacy.pdf

Moravcsik, Andrew. 2017. "Europe is still a Superpower and it's going to remain one for decades to come". *Foreign Affairs*, 13 April.

Napoli, Philip M. 2010. "Audience Evolution: New Technologies and the Transformation of Media Audiences". New York: Columbia University Press.

Nye, Joseph S. 1990. "Soft Power." *Foreign Policy* 80 (80): 153–71. <https://doi.org/10.2307/1148580>.

Nye, Joseph S. 2004a. "The Changing Nature of Power." In *Soft Power: The Means to Success in World Politics*, 1–32. United States of America: Public Affairs.

Nye, Joseph. 2004b. "When Hard Power Undermines Soft Power." *New Perspectives Quarterly* 21 (3): 13–15. <https://doi.org/10.1111/j.1540-5842.2004.00673.x>.

Nye, Joseph. 2004c. "Wielding Soft Power." In *Soft Power: The Means to Success in World Politics*, 99–125. https://www.belfercenter.org/sites/default/files/legacy/files/joe_nye_wielding_soft_power.pdf.

Nye, Joseph. 2008. "Public Diplomacy and Soft Power." *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science* 616 (1): 94–109.
<https://doi.org/10.1177/0002716207311699>.

Nye, Joseph S. 2011a. "Power and Foreign Policy." *Journal of Political Power* 4 (1): 9–24.
<https://doi.org/10.1080/2158379x.2011.555960>.

Nye Jr., Joseph. 2011b. *The Future of Power*. Public Affairs. New York: Public Affairs.

Nye, Joseph S. 2014. *The Information Revolution and Soft Power*. *Current History* 113(759): 1922.

Ociepka, Beata. 2018. "Public Diplomacy as Political Communication: Lessons from Case Studies." *European Journal of Communication* 33 (3): 290–303.
<https://doi.org/10.1177/0267323118763909>.

Pamment, James. 2014. "Articulating Influence: Toward a Research Agenda for Interpreting the Evaluation of Soft Power, Public Diplomacy and Nation Brands." *Public Relations Review* 40 (1): 50–59. <https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2013.11.019>.

Parlement. 2016. "Mogherini Discusses EU Global Strategy Priorities with Erasmus Alumni." *Parlement.com*. 2016.
https://www.parlement.com/id/vk2h76m6ekzv/nieuws/mogherini_discusses_eu_global_strategy.

Perilli, Andrea. 2017. "Erasmus Student or EU Ambassador? People-To-People Contact in the European Neighbourhood Policy: The Cases of Georgia, Ukraine and Tunisia." *ResearchGate*. September 2017.
https://www.researchgate.net/publication/324503393_Erasmus_student_or_EU_ambassador_People-to-people_contact_in_the_European_Neighbourhood_policy_the_cases_of_Georgia_Ukraine_and_Tunisia.

Rasmussen, Steffen Bay. 2009. "Discourse Analysis of EU Public Diplomacy Messages and Practices." 2009.

<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.424.390&rep=rep1&type=pdf>.

Roselle, Laura, Alister Miskimmon, and Ben O'Loughlin. 2014. "Strategic Narrative: A New Means to Understand Soft Power." *Media, War & Conflict* 7 (1): 70–84. <https://doi.org/10.1177/1750635213516696>.

Saliu, Hasan. 2021. "The Specifics and Complexity of EU Public Diplomacy." *DRUŽBOSLOVNE RAZPRAVE/Social Science Forum*, October, 189–207. <https://doi.org/10.2139/ssrn.3935983>.

Sandrin, Paula Orrico, and Andrea Ribeiro Hoffmann. 2018. "Silences and Hierarchies in European Union Public Diplomacy." *Revista Brasileira de Política Internacional* 61 (1). <https://doi.org/10.1590/0034-7329201800111>.

Sette-Câmara, Thiago, and Mateus José Alves Pinto. 2021. "O Programa Erasmus e a Política de Mobilidade na Europa." In *Educação E Desenvolvimento*, edited by Felipe Asensi, Klever Paulo Leal Filpo, Larissa Borsato, and Telson Pires, 291–308. Rio de Janeiro: Pembroke Collins. https://www.academia.edu/45282020/O_Programa_Erasmus_e_a_Pol%C3%ADtica_d_e_Mobilidade_na_Europa.

Schmidt, Juliane. 2014. "Between Irrelevance and Integration? New Challenges to Diplomacy in the 21st Century and the Role of the EEAS." Belgium: College of Europe. <https://core.ac.uk/download/pdf/76799351.pdf>.

Scott-Smith, Giles. 2020. "Exchange Programs and Public Diplomacy." In *Routledge Handbook of Public Diplomacy*, edited by Nancy Snow and Nicholas J. Cull, 37–49. New York: Taylor & Francis.

Sharp, Paul. 2005. "Revolutionary States, Outlaw Regimes and the Techniques of Public Diplomacy." In *The New Public Diplomacy: Soft Power in International Relations*, edited by Jan Melissen, 106–23. United Kingdom: Palgrave Macmillan.

Shoemaker, Pamela J., and Timothy Vos. 2009. *Gatekeeping Theory*. Routledge & CRC Press. 1st ed. New York: Routledge. <https://www.routledge.com/Gatekeeping-Theory/ShoemakerVos/p/book/9780415981392>.

- Silva, Samuel. 2017. "Erasmus é Uma Das 'Principais Razões Pelas Quais a UE Vai Sobreviver.'" Público. 2017. <https://www.publico.pt/2017/06/13/sociedade/noticia/erasmus-e-uma-das-principais-razoes-pelas-quais-a-ue-vai-sobreviver-1775488>.
- Snow, Nancy, and Philip M. Taylor. 2009. "Preface and Introduction." In *Routledge Handbook of Public Diplomacy*, edited by Nancy Snow and Philip M. Taylor, 9–11. New York: Taylor & Francis.
- Snow, Nancy. 2009. "Rethinking Public Diplomacy." In *Routledge Handbook of Public Diplomacy*, edited by Nancy Snow and Philip M. Taylor, 3–11. New York: Taylor & Francis.
- Thépaut, Charles. 2011. "Representing 'Europe' Abroad? Cohesion and Socialisation Processes of the European Diplomatic Community." In *Making European Diplomacy Work: Can the EEAS Deliver?*, edited by Paul Quinn, 37–41. Belgium: College of Europe. http://aei.pitt.edu/33453/1/EDP_8_2011_Quinn.pdf.
- Tostes, Ana Paula Balthazar, and Lucca Viersa Barros Silva. 2019. "O Projeto Erasmus: Internacionalização Da Educação Em Contexto de Integração". *Mural Internacional* 10 (August): <https://doi.org/10.12957/rmi.2019.37988>.
- Wulk, Sophie. .2015. "The Role and Relevance of Higher Education Policy in EU External Relations: An Analysis of the Transmissive, Transformative and Transactional Qualities of University Institutions and Programmes" (Baden-Baden: Nomos).
- Yang, Jiechi. 2011. "Endeavor to Open a New Horizon of Public Diplomacy with Chinese Characteristics". *Qiushi Journal* 4. <http://wcm.fmprc.gov.cn/pub/eng/wjb/wjbz/2467/t801925.htm>
- Yang, Yifan. 2015. "Does the Academic Programme Work? The Jean Monnet Programme and European Union Public Diplomacy." *Journal of European Integration* 37 (6): 611–28. <https://doi.org/10.1080/07036337.2015.1042477>.
- Zamorano, Mariano Martín. 2016. "Reframing Cultural Diplomacy: The Instrumentalization of Culture under the Soft Power Theory." *Culture Unbound: Journal of Current Cultural Research* 8 (2): 165–86. <https://doi.org/10.3384/cu.2000.1525.1608165>.

Zaytseva, Anzhelika. 2021. "International Contacts amidst the COVID-19 Pandemic: The New Reality of Academic Exchanges and Their Perspectives." In COVID-19 Pandemic: A New Security Agenda for European Societies: Proceedings of the International Research Workshop, edited by E.V. Morozova and A.S. Evtushenko, 62–65. Krasnodar: Kuban State University. <http://powers-network.vsu.ru/UserFiles/files/publications/2020%20Krasnodar%20Workshop%20materials.pdf>.

Zielonka, Jan. 2008. "Europe as a Global Actor: Empire by Example?" ACADEMIA. International Affairs. 2008. <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/70297370/j.1468-2346.2008.00718.x20210927-1320-18srydq-with-cover-pagev2.pdf?Expires=1656698776&Signature=NmQ2wk-r8C9sT6LxareUv1Fyl64FyMslAwTVkylYoodvffKGYuAnt6TK7f4Ij5RzoWVIESbGxlrwo367uQRhovd2rNxNlaW6EGafViKZg23xsM5q~K8jnk56J5nlMqS9XoqchaqUxJ6FtPIRO6Snr0smcD62WCPoCaKy6rHyCdXu~GpmgU0LSTuLRehVFeU6zz8IKJo7NKROIMbFHIURelb~YPJgi aeufTzLaE3yDyBpITWHrgXuPBuC5dgXvnzsR-XWSj~Ym5Ca~K1bCKE0mlbAQXHTK8CHKfcSUb610xHMZe8iw7GaRXIOHvuaAgT7gCRQxuq7R~7Bj9JJMCbyw &Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA>.

Outras Fontes Secundárias

TED. 2010. "Joseph Nye on Global Power Shifts." YouTube Video. TED. <https://www.youtube.com/watch?v=796LfXwzIUk>